

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-1-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA****25 DE FEVEREIRO DE 2011**

No dia 25 de Fevereiro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2010.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
 - 4.2- Adesão à Associação das Cidades de Trás-os-Montes ecoCITRAS.
 - 4.3- Adesão à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A. – Aprovação dos Estatutos.
 - 4.4- Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 66 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Adérito Joaquim Ferro Pires, Paulo Manuel P. Rodrigues Pinto, Fernando Manuel Gomes Alves, Maria João da Costa Felgueiras Caseiro, Vasco Aníbal Saldanha, José Carlos e Paula Maria do N. Lopes Garcia.

Justificação de Faltas:

- Ricardo Jorge Ribeiro Pinto: sessão de 25 de Fevereiro de 2011.
- José Baltazar Aguiar: sessão de 25 de Fevereiro de 2011.
- Luís Macedo Pinto de Sousa: sessão de 25 de Fevereiro de 2011.
- Fernando dos Santos Pilão: sessão de 25 de Fevereiro de 2011.
- Vasco Aníbal Saldanha: sessão de 25 de Fevereiro de 2011.
- Paula Maria Pereira N. Lopes Garcia: sessão de 25 de Fevereiro de 2011.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, António José Pires Almor Branco, Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Hoje tem lugar a reunião da Assembleia Municipal de Mirandela.

Em nome da Mesa, cumprimentava o senhor Presidente da Câmara Municipal, que neste momento ainda se encontra sozinho, os senhores membros da Assembleia Municipal, a comunicação social e os senhores munícipes.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-2-

Vamos dar início à nossa reunião de hoje e eu pedia o favor ao Dr. Rui Magalhães o favor de ler alguma informação ou correspondência que haja.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Bom-dia a todos. Para além da parca informação que vocês receberam sobre a correspondência, queria dar outras informações.

Em primeiro lugar, informar que nesta Assembleia houve uma série de pessoas que vão faltar e que justificaram antecipadamente a sua ausência, algumas das quais pediram para ser substituídas.

Assim:

-Ricardo Pinto vai hoje ser substituído por Rui Carrazedo.

-Baltazar Aguiar, por Marcelino Martins.

-Fernando Pilão, por Pedro Miguel Félix Fonseca

Temos também a justificação de Luís Macedo Pinto de Sousa e Maria João Caseiro, que não solicitaram a sua substituição. Entretanto, chegou também uma moção subscrita por organizações ligadas aos Sindicatos da Educação, que pedem para que na próxima reunião se dê conta desta moção, cujo tema é "Investir na Educação, defender a Escola Pública". Se estiverem interessados na moção, podem solicitá-la à Mesa.

Informar também que vai ter lugar no próximo dia 03 de Março a próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

Finalmente, informar os grupos municipais que, nos termos das lei, para além de outras entidades, também fazem parte Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal e não eleitas e, por isso, não vai haver qualquer eleição. O que é tradição nesta Assembleia Municipal é que cada grupo municipal – sendo quatro – indique um representante para fazer parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Como tal, eu agradecia que ao longo desta sessão os grupos parlamentares dessem indicação à mesa de quem vai integrar essa comissão.

E é só, muito obrigado.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010 A 14 DE FEVEREIRO DE 2011

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
11.01.2011	Governo Civil	Personalidades Femininas do Distrito de Bragança
03.02.2011	Hernâni Rodrigues	Renúncia do mandato
11.02.2011	Governo Civil	Personalidades Femininas do Distrito de Bragança (considerou sem efeito o Concurso por falta de candidaturas)

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010 A 14 DE FEVEREIRO DE 2011

Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2011.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Vamos então continuar no primeiro ponto sobre a acta de 20 de Dezembro. Todos os membros tiveram conhecimento e fizeram a sua leitura e julgo que estamos em condições de a votar. Não havendo qualquer comentário, passamos à votação.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

A acta está aprovada por maioria, com duas abstenções.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2010.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Está algum senhor Munícipe que queira usar da palavra? Não está. Passamos então ao Período Antes Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-3-

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Peço desculpa, mas o senhor Secretário Humberto teve que ir ao dentista e está algo indisposto.

Vamos ver se não me enganei: Miguel Ângelo, Fernando Mesquita, José Almeida, António Figueiredo, Marisa Aranda, Alzira Ramos, Pedro Fonseca, Jorge Pereira e Carlos Fraga.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estão inscritos dez deputados para este período de Antes da Ordem do Dia. Recordo o Regimento que prevê uma hora. Cada um dos senhores deputados faça o favor de orientar o seu tempo para cinco minutos. Mais uma inscrição e mais reduzido o tempo de cada pessoa. A mesa pede aos senhores deputados que tenham esta informação em consideração.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Pode tomar a palavra o deputado Fernando Mesquita.

Deputado Municipal Fernando Mesquita (PSD):

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e respectivos membros da mesa;

Exmo. senhor Presidente da Câmara e respectivos Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Municípes presentes

Porque esta é a minha primeira intervenção nesta assembleia, e pese embora o facto de não ser meu hábito fazer reparos às outras intervenções, não posso deixar passar em claro um pequeno excerto de uma intervenção feita, numa sessão anterior, pelo sr deputado municipal Carlos Fraga. Disse ele, e passo a citar de memória "...há membros desta assembleia eleitos pelo povo e durante todas as sessões entram mudos e saem calados, não defendendo assim os interesses dos que os elegeram..." fim de citação. Eu quero dizer-lhe o seguinte, sr. deputado: Primeiro, falar muito não é sinónimo de falar bem..., e segundo, há quem fale muito e diga pouco ou até mesmo nada... (Não é com certeza o seu caso que usa da palavra de forma eloquente). Mais sr. deputado: Cada um de nós recebeu dos eleitores um mandato de representação e por isso estamos aqui por direito próprio. O exercício desse mandato, quer quanto à forma quer quanto à substância, é da inteira responsabilidade de cada um e é desejável que seja exercido com a máxima liberdade. Por isso, e agora falo em nome pessoal, sou eu quem sabe e decide quando e como devo intervir na defesa dos interesses daqueles que me elegeram. Só mais uma nota sr. deputado para lhe lembrar que o silêncio também faz parte da comunicação e é em muitos casos valorado; veja, por exemplo nas relações sociais, quando o povo diz, com toda a sua sabedoria, "quem cala consente"; nos meandros da política, quem não conhece as variadíssimas interpretações a que o silêncio está sujeito; e mesmo no campo do direito o silêncio tem valor jurídico.

Terminado este preâmbulo, passo de imediato ao assunto objecto desta minha intervenção. Depois de alguns meses esquecida ex que volta a estar na ordem do dia a reforma do ensino, quer no país, quer (e é essa que aqui me traz) no nosso concelho. O concelho de Mirandela tem dois Agrupamentos Verticais de Escolas. Um com sede na cidade e o outro sediado na Torre de Dona Chama. A par destes estabelecimentos de ensino público, a Torre tem ainda um colégio/Externato que, desde 1977 (34 anos) presta um serviço público relevante na área do ensino em Portugal, mas sobretudo e principalmente naquela Vila e freguesias limítrofes. Com efeito, são actualmente 383 pessoas (entre crianças, jovens, adolescentes e adultos) que, fazendo parte desse universo, se distribuem da seguinte forma:

- 20 - crianças no ensino pré-escolar;
- 159 – Jovens no ensino básico;
- 107 – Adolescentes no ensino secundário
- 42 – Adolescentes e adultos no ensino profissional;
- 39 – Pessoal docente; e
- 16 – Pessoal não docente.

(De notar que os alunos deste colégio são oriundos dos concelhos de Vinhais, Macedo, Valpaços e, naturalmente, Mirandela). No seguimento de uma política obsessiva de contenção de custos e de equilíbrio das finanças públicas (é caso para perguntar quem as desequilibrou?), o governo propõe-se reduzir/acabar com o ensino particular.

Conforme consta num estudo/trabalho elaborado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Externato da Torre é um desses estabelecimentos a abater.

Nesse trabalho aconselha-se que, já para o próximo ano lectivo 2011/2012, as 15 turmas actualmente existentes dêem lugar a apenas 10. Ou seja, as 9 do ensino básico passem a 6 e as 6 do secundário diminuam para 4. Isto, embora não sendo, de imediato, a extinção do estabelecimento por decreto, é, no entanto, o seu fim por insustentabilidade financeira. Embora sendo pertinente, não é a discussão ensino público *versus* ensino privado (essa faz parte de outro debate) que me faz vir aqui partilhar convosco a minha preocupação actual e, caso se concretize esta reforma, a minha indignação futura.

A razão deste meu estado de espírito prende-se tão só com o facto de que, se esta medida vier a ser implementada (e tudo leva a crer que sim), o governo actual acabará por desferir o maior golpe (quiçá o último) tendente à desertificação da Vila da Torre e, por arrastamento, do nosso concelho. A Torre vem desde há algum tempo a esta parte a perder importância e influência. Essa perda manifesta-se nas mais diversas vertentes.

No campo económico temos vindo a assistir à degradação dos três principais sectores. No sector primário a agro-pecuária que, em tempos não muito longínquos, já foi o ex-libris da nossa terra, está hoje reduzida a uma mera actividade de subsistência. No sector secundário, que também já teve uma posição de relevo, temos vindo a assistir ao encerramento de algumas unidades industriais nomeadamente o lugar de azeite, duas fábricas de blocos, a cerâmica, etc, etc.... É o sector terciário aquele que ainda vai garantindo a sobrevivência da Vila com alguma dignidade. Com efeito, são, o comércio em pequena escala, e os serviços em maior dimensão, os responsáveis por muitos dos postos de trabalho existentes na nossa terra. E é aqui que reside o cerne da questão. É que a grande maioria desses postos de

trabalho provêm dos serviços ligados ao sector do ensino, e desses mais de sessenta por cento são proporcionados pelo ensino particular.

Sem querer estar a empolar a situação, posso afirmar que o externato da Torre é responsável por 2/3 do emprego da população activa e pela educação de várias centenas de crianças e jovens que dão vida à nossa Vila. Esta é a realidade a que este governo se propõe por fim. O colapso das actividades económicas, atrás referido, fez com que homens e mulheres da nossa e das gerações anteriores tivessem necessidade de sair do país à procura de um futuro promissor mas que hoje é cada vez mais incerto. Os poucos resistentes que teimaram e ainda teimam em ficar, fazem-no por saberem que a Torre lhes oferece, ainda, a possibilidade de os seus filhos poderem fazer o percurso da escolaridade obrigatória com bastante qualidade (note-se que o externato foi o 1º no ranking distrital).

Desta explanação facilmente se conclui que o ensino, nos seus vários escalões, é um pilar essencial para mantermos a Torre nesta situação de alguma debilidade é certo, mas também e sobretudo para podermos dar o salto do desenvolvimento que tanto desejamos e ansiosamente esperamos.

Significa isto que tudo faremos para demover todos os que, mesmo sem conhecerem as realidades específicas do interior em geral e do nordeste transmontano em particular, insistem em tomar decisões que implicam mudanças radicais na vida das suas gentes e ao mesmo tempo comprometem irremediavelmente o seu futuro.

Termino com dois apelos:

O primeiro endereçado a esta assembleia pedindo a vossa adesão a esta manifestação de preocupação e indignação que aqui vos deixo em nome da população da Torre.

O segundo dirijo-o à Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente exigindo-lhe que faça tudo o que estiver ao seu alcance para travar esta reforma que se adivinha de tão graves consequências para os Mirandelenses em geral e para os Torrienses em particular.

Mesmo que, depois de esgotadas todas as possibilidades, a redução/encerramento do colégio da Torre venha a ser uma triste realidade, pelo menos, sr presidente, que ela não se faça sem que, primeiro, as valências por ele oferecidas sejam transferidas para o Agrupamento vertical de Escolas da Torre.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor deputado, para sua orientação, tem só mais cinco minutos.

Deputado Municipal Fernando Mesquita (PSD):

Sr. Presidente, só um bocadinho de tolerância.

Não é essa discussão que me faz vir aqui hoje partilhar convosco a preocupação actual e a minha indignação futura. A razão deste meu estado de espírito prende-se tão só com o facto de que se esta medida vier a ser implementada (tudo leva a crer que sim) o Governo actual acabará por desferir o maior golpe, se não o último, tendente à desertificação da vila da Torre e, por arrastamento, do nosso concelho.

A Torre vem já desde algum tempo a perder importância e influência. Essa perda manifesta-se nas mais diversas vertentes: no campo económico, temos vindo a assistir à degradação dos três principais sectores. No primário a agropecuária, que em tempos não muito longínquos já foi o ex-libris da nossa terra, está hoje reduzida a uma mera actividade de subsistência.

No sector secundário, que também já teve uma posição de relevo, temos vindo a assistir ao encerramento de algumas unidades industriais, nomeadamente o lagar de azeite, duas fábricas de blocos, a cerâmica, etc, etc.

O sector terciário é aquele que ainda vai garantindo a sobrevivência da vila com alguma dignidade. O comércio em pequena escala e os serviços em maior dimensão são responsáveis pela quase totalidade dos postos de trabalho existentes na nossa terra e é aqui que reside o cerne da questão. É que a grande maioria dos postos de trabalho provêm dos serviços ligados ao sector do ensino e desses mais de 60% são proporcionados pelo ensino particular.

Sem querer estar a empolar a situação, posso afirmar que o Externato da Torre é responsável por 2/3 do emprego da população activa e pela educação de várias centenas de crianças e jovens que dão vida à nossa terra.

Esta é a realidade a que este Governo se propõe. Por fim, o colapso das actividades económicas atrás referidas faz com que os homens e mulheres da nossa geração e das anteriores tivessem necessidade de sair do país à procura de um futuro promissor mas que hoje é cada vez mais incerto.

Os poucos resistentes que teimaram e ainda teimam em ficar fazem-no por saberem que a Torre lhes oferece ainda a possibilidade de os seus filhos poderem fazer o percurso da escolaridade obrigatória com bastante qualidade.

Lembro que o Externato ficou em primeiro lugar no ranking distrital dos estabelecimentos de ensino.

Desta explanação, facilmente se conclui que o ensino nos seus vários escalões é um pilar essencial para mantermos a Torre nesta situação, que embora com alguma debilidade, é certo, mas também é sobretudo para podermos dar o salto do desenvolvimento que tanto desejamos e ansiosamente esperamos.

Significa isto que tudo faremos para demover todos os que, mesmo sem conhecerem as realidades específicas ao nível local, insistem em tomar decisões que implicam mudança radical na vida das pessoas e ao mesmo tempo comprometem irremediavelmente o seu futuro.

Vou terminar com dois apelos: o primeiro endereçado a esta Assembleia, pedindo a vossa adesão a esta manifestação de preocupação e indignação que aqui vos deixo em nome da população da Torre.

O segundo, dirijo-o à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, exigindo-lhe que faça tudo que tiver ao seu alcance para travar esta reforma que se avizinha de tão graves consequências para os Mirandelenses em geral e para os Torrienses em particular. E mesmo que depois de esgotadas todas as possibilidades, a redução ao encerramento do Colégio da Torre se confirme, pelo menos senhor Presidente que ela não se faça sem que primeiro as valências por ele oferecidas sejam transferidas para o Agrupamento Vertical das Escolas da Torre.

Só para dizer que a Presidente de Junta de Torre D. Chama, que não pode estar presente por motivos de saúde, me pediu para entregar na Mesa um manifesto que foi aprovado na Assembleia de Freguesia.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-5-

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado, terá o tratamento devido.

Chamo a atenção mais uma vez para o tempo que os senhores deputados devem utilizar em função do Regimento.

Senhor deputado Miguel Ângelo, tem o uso da palavra.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Senhor Presidente e Senhores Deputados Municipais.

Celebrou-se no ano transacto o Centenário da Implantação da República. Pareceu-me na minha, admito, pouco empenhada atenção que as celebrações foram discretas, quase envergonhadas, talvez toldadas pelo descabro das contas públicas, de que afinal, ironicamente nenhum governo republicano se pode, em boa verdade, demitir.

Mas não é da República em particular que quero falar ou mesmo das múltiplas frustrações a que três repúblicas nos conduziram nos últimos 100 anos, afirmando, contudo, ser um claro defensor da res pública.

Talvez por isso mesmo, profundamente simpatizante de outro sistema político, que este em vigor no meu país, assente num Presidente da República sem poderes, que se diz árbitro mas oriundo de uma das partes que se arroga arbitrar e cuja intervenção é sempre lida na perspectiva da política e não do soberano interesse nacional. Mas também não é disso que quero falar mas duma história que começa nos tempos da Monarquia e que interessa a Trás-os-Montes e a Mirandela.

Em 11 de Fevereiro de 1898 – há 113 anos – teve lugar no Porto o lançamento da primeira pedra do Real Hospital de Crianças Maria Pia, no local onde ainda hoje funciona, na Rua da Boavista, substituindo a instalação provisória, na rua da Carvalhosa, que datava de 1883.

Dona Maria Pia de Sabóia, esposa do rei D. Luís I, veio a falecer no exílio no ano seguinte à implantação da República, sem nunca ter recuperado do brutal assassinato do seu filho D. Carlos I rei de Portugal e de seu neto Luís Filipe, o príncipe real, herdeiro da coroa.

Maria Pia, coroada de “O Anjo da Caridade” e “A Mãe dos Pobres”, foi justamente a protectora do hospital para crianças que veio a tomar o seu nome na cidade do Porto.

Fruto da vontade dos portuenses, desde a sua fundação até aos dias de hoje, aquela unidade de saúde foi provavelmente uma das instituições de saúde do Norte do País e da cidade do Porto que melhor expressou a determinação e vontade das suas gentes e a capacidade de tomar nas suas mãos o seu próprio destino. Tal vontade, tal determinação, materializaram o sonho de dotar o Porto de um hospital destinado à saúde, talvez dos mais desprotegidos, “as crianças”.

Mas também não vou falar do Hospital Maria Pia, nem tão pouco do destino incerto a que foi votado desde há anos, em que se aguardou a construção do centro materno-infantil do norte, contudo, talvez seja boa ideia atentarmos à história daquele hospital para que possamos entender muito daquilo porque hoje passa a estruturação dos serviços de saúde em Portugal, particularmente em Trás-os-Montes e em especial no nosso distrito.

Em 10 de Fevereiro de 2011, a um dia de se celebrarem os 113 anos sobre o lançamento da primeira pedra do real Hospital de Crianças Maria Pia, foi apresentado na Aula Magna do Hospital de S. João na cidade do Porto o livro “Uma História de Moira Encantada”, inquestionável contributo para a história da instituição de saúde a que me venho referindo.

O título honra a designação que a escritora Agustina Bessa Luís atribuiu ao trajecto errático de construção do Centro Materno-Infantil do Norte e que exprime a dúvida que mantinha sobre a efectiva vontade do poder político em a tornar realidade. Agustina Bessa Luís presidiu ao Conselho Geral do Hospital Maria Pia durante vários anos.

O autor da referida publicação é o Insigne Mirandense José Manuel Pavão, que temos a honra de ter como Presidente desta Assembleia e que dirigiu o Hospital Maria Pia entre 1988 e 2004 e a quem presto a mais que merecida homenagem pela determinação em não deixar no esquecimento a história de uma instituição secular. Trata-se de um contributo inestimável para a história do Hospital em causa mas também para a história da saúde e, porque não dizer, para a história da decisão política em Portugal.

Não me sinto competente para tecer considerações sobre o estilo ou a forma da sua escrita, apenas que da sua leitura se sente ter sido escrito com o coração, com conhecimento de causa, argúcia e bom senso.

Também não me sinto à vontade para tecer qualquer juízo de valor sobre a filosofia expressa ou as críticas aqui e ali colocadas de forma frontal, mas cordata e objectiva, mas sempre expressarei a grande sintonia de opinião e uma enorme identidade de ideais e valores e, sobretudo, o sentimento que na primeira pessoa tem partilhado um testemunho pungente, sobre uma realidade que a todos interessa.

Afinal, com palavras tranquilas, ponderadas se escreve a história do último século. Afinal a obra de José Manuel Pavão é também sobre a República e o sistema político, é talvez o maior contributo para a história de uma instituição secular que marcou a vida de muitas crianças do Porto e do Norte.

Tive a honra de estar presente na cerimónia de lançamento da obra e testemunhar o apreço que a mesma mereceu das autoridades de saúde no Porto, em que a Aula Magna do Hospital de S. João foi pequena demais para acolher todos os que se associaram ao evento.

Prefaciado pelo Bispo do Porto, D. Manuel Clemente, e ilustrado pelo arquitecto Fernando Lanhas, este livro de José Manuel Pavão foi apresentado pelo professor Miguel Cadilhe, constituindo a receita da sua venda para o projecto “Joãozinho” do Hospital de S. João, que visa precisamente a saúde das crianças.

“Uma história de “Moira Encantada” é afinal a expressão de um transmuntano que se destaca, não pelas luzes da ribalta da política que afinal nos últimos anos cegou vários seus conterrâneos, demonstrando assim que o reconhecimento e os resultados não dependem desse facto mas sobretudo do trabalho empenhado, da determinação, da persistência, da devoção e dedicação.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-6-

Desejo, Dr. José Manuel Pavão, expressar-lhe a minha gratidão pelo convite que muito me honrou, manifestando a importância que atribuo a esta publicação para a compreensão do processo de reestruturação do Sistema Nacional de Saúde, imprescindível para todo aquele que deseje entender, precisamente o que faz falta na nossa saúde.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado senhor deputado. Eu espero que a Câmara me conceda esse privilégio pequeníssimo para manifestar também o meu sentimento de gratidão pelas palavras do senhor deputado e que me autorize também contagiá-las com o meu papel de Presidente da Assembleia.

Foi um livro sobre o percurso da assistência às crianças na cidade do Porto, no Norte do País afinal, desde o século XIX até ao presente. Eu terei o prazer (nem isso deixava de me passar pela cabeça) de fazer chegar um exemplar a cada um dos senhores membros desta Assembleia, que eu prezo muito e respeito muito, até mais que não fosse para retribuir a vossa paciência e a vossa compreensão e quantas vezes tolerância por me terem aguentado durante estes anos. Mas a proximidade que temos, os princípios comuns, o sermos da mesma região, querermos o melhor para a nossa terra, naturalmente que nos une muito para lá das discordâncias óbvias que são necessárias e são exigentes.

Vamos passar à frente rapidamente, muito obrigado, a seu tempo falaremos nisso.

A Deputada Marisa Aranda, se faz favor, tem a palavra.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Bom dia a todos.

Senhor Presidente, no dia 24 de Fevereiro de 2005 foi outorgado um contrato de concessão do edifício na margem sul direita do rio Tua, onde funciona o restaurante Flor de Sal, entre o Município de Mirandela e a Turistua-Empreendimentos Turísticos, Ld.^a.

Ao que tudo indica, esta concessão de espaço público foi precedida de um concurso público. Assim, nesse sentido eu gostava de saber se essa concessão foi feita, por quantos anos, qual o valor que nos termos do contrato de concessão deve ou talvez deva antes dizer-se deveria pagar a Turistua ao nosso Município pela concessão do referido edifício.

A Turistua tem honrado o pagamento das quantias acordadas com o Município pela exploração do edifício concessionado? Pois parece que não. Assim pergunto: que medidas tomou a Câmara Municipal para recuperar os créditos de que é titular e cessar a relação contratual com a Turistua? Para além disso, gostava também de saber se nos termos do contrato celebrado com a Turistua poderá esta realizar obras sem o consentimento ou autorização da Câmara Municipal.

Senhor Presidente, todos nós sabemos que foram realizadas obras no Flor de Sal. Foram autorizadas essas obras por quem, quando? E já agora em que termos se acordou o pagamento dos respectivos custos?

Poderá o Município ser responsabilizado pelo pagamento dessas obras? E se sim, qual é o valor do qual todos podemos vir a ser responsabilizados?

Por outro lado, e em função do respectivo valor, não deveriam essas obras, apesar de promovidas por particulares, ser precedidas de concurso público?

Admitindo a obrigatoriedade de concurso público prévio, antes da realização das obras e não se tendo observado essa obrigatoriedade, como se propõe a Câmara Municipal garantir os pagamentos eventualmente em débito à Turistua, Ld.^a?

Do ponto de vista político parece justo à Câmara Municipal concessionar a privados a utilização de equipamentos públicos sem que assegure o cumprimento dos termos dessa concessão, designadamente o pagamento dos respectivos encargos ao Município e ainda se propor eventualmente proceder a pagamentos ou reembolsos a esses privados, apesar das dificuldades económicas em que todos vivemos e quando os outros operadores económicos privados têm de garantir efectivamente os pagamentos que a Turistua, Empreendimentos Turísticos, Ld.^a eventualmente omite?

Finalmente, Senhor Presidente, não lhe parece que a benevolência da Câmara Municipal em relação à Turistua pode consubstanciar uma distorção da concorrência na medida em que se exige a esta empresa o que não se exige às demais para poderem continuar a desenvolver de forma honesta os seus negócios? Obrigada.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Muito obrigado. Tem a palavra o deputado Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom-dia a todos.

Antes de mais, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela e os demais deputados.

Eu pretendo apresentar uma moção, aliás, duas, que passo a ler:

Moção

Contra as Portagens nas SCUT'S:

Considerando a intenção do Governo de introduzir portagens nas SCUT'S A24, AQ25 e A4;

Considerando que a concretização desta medida configura uma profunda injustiça, agravando as já difíceis condições de vida de largas franjas da população e que por outro lado acentuaria ainda mais os indicadores socio-económicos, que sempre foram muito inferiores à média nacional;

Considerando que os cidadãos de Mirandela para se deslocarem ao resto do País, designadamente a Lisboa e ao Porto passarão a ser gravemente afectados com mais a introdução das portagens na A24, A25 e A4;

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-7-

Considerando que a A4 (chamada auto-estrada da justiça pelo Primeiro-ministro), a A24 e a A25, correspondem ao pagamento de uma dívida de décadas da República para com o interior do País e que pelo atraso com que foram e estão a ser construídas criaram inúmeras dificuldades e desvantagens aos seus habitantes;

Considerando que a introdução de portagens cria um sobre custo inaceitável e aprofunda ainda mais as dificuldades das empresas, na sua grande maioria pequenas e médias;

Considerando ainda que a região está a ser fortemente fustigada com o encerramento de serviços públicos, onde os trabalhadores e as populações são os mais directamente atingidos;

Considerando que a região nem sequer cumpre os critérios definidos pelo Governo: índice de desenvolvimento e alternativas existentes.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 25 de Fevereiro de 2011, decide:

1. Manifestar o seu protesto contra a introdução de portagens nas A24, A25 e A4;

Eu tenho uma série de documentos que gostaria de distribuir pelos deputados.

Procedo à leitura da 2ª Moção.

Moção

Contra o encerramento definitivo da mobilidade ferroviária do distrito de Bragança, de forma sustentável, centralizada e integrada na ferrovia nacional.

O PSD pela mão do actual Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, então Primeiro-ministro, iniciou o desmantelamento da Linha do Tua há mais de uma década, para calar o povo, justificou-se com a construção do IP4 e com os seus benefícios.

Benefícios irrefutáveis bem sabemos, mas nunca constituintes de uma razão lógica para ter abdicado da possibilidade de hoje este distrito ter uma ligação ferroviária a Espanha e à alta velocidade, imaginem as potencialidades daí adjacentes.

Finalmente o PS e o Engenheiro José Sócrates dão a machadada final encerrando definitivamente o que restava da linha, justificando tamanho acto com a construção de uma barragem e uma alternativa que passa em primeiro lugar pelo transporte funicular do Tua (estação) até à barragem, depois de barco até à estação da Brunheda e finalmente ferroviário até Mirandela.

Mas será que alguém acredita mesmo nisto?

Esta Assembleia Municipal de Mirandela não vai em promessas deste tipo e por saber que outras tantas foram quebradas no passado, reúne em 25 de Fevereiro de 2011 e decide:

1. Repudiar este projecto tal qual nos é apresentado e imposto.
2. Manifestar o descontentamento por nunca termos sido ouvidos nesta matéria, na tentativa de encontrar alternativas viáveis com impacto positivo.
3. Desafiar os deputados desta Assembleia, a não aprovarem os estatutos e a adesão à Agência Regional do Vale do Tua, S.A. por tudo o que representa.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Muito obrigado senhor deputado. Tem a palavra o deputado Eduardo Almeida.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (PSD):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Há cerca de três anos fiz nesta Assembleia Municipal uma intervenção sobre a saúde do nosso concelho e que dizia no primeiro parágrafo que escrevi, textualmente, o seguinte:

“Uma vez mais venho a esta Assembleia Municipal falar sobre um assunto que muito tem preocupado os Mirandenses. Fala-vos naturalmente de saúde, ou da falta dela, porque cada dia que passa avolumam-se as preocupações e a insegurança na prestação de cuidados de saúde hospitalares e na incerteza do que hoje temos e que amanhã quando nos levantarmos não saberemos qual o serviço ou serviços que deixaram de ser prestados no nosso Hospital.”

Escrevi isso há cerca de três anos. Pois bem, hoje a preocupação e a insegurança aumentaram em cada um de nós, por muito que nos apregoe o Partido Socialista e nos diga que as medidas tomadas no campo da saúde no nosso distrito têm contribuído para uma prestação de cuidados de saúde com mais qualidade e melhor rentabilização de recursos humanos e financeiros. Não o compreendo e não há ninguém que o compreenda e que aceite esta tamanha falta de verdade.

Quem pode explicar aos Mirandenses e com verdade, quando lhes é tirada uma maternidade - essa sim de qualidade - e tantas outras especialidades e dizem-nos que ficamos melhor. Será que ficamos melhor servidos porque temos que nos deslocar a Vila Real ou Bragança, a mais de 50 Kms. de distância? Alguém me explica isto?

Ultimamente foi a nefrologia, deixou de haver consulta, ficando estes doentes sem qualquer resposta, encaminhados para Bragança, mais uma vez Bragança e muitos deixados simplesmente à sua sorte, porque deixou de haver capacidade de resposta para eles.

Apenas por curiosidade digo-vos que se houvesse um hospital a fechar seria naturalmente o de Bragança e sabem porquê? Porque a obstetria, a cirurgia, a pediatria, a anestesia, são médicos de Mirandela. São eles que se

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-8-

deslocam para Bragança para assegurarem estes serviços e de Macedo de Cavaleiros são os ortopedistas. Bragança apenas tinha médicos para assegurarem a psiquiatria e a medicina interna.

Então se estes médicos vão de Mirandela para Bragança, porque razão não vêm de Bragança a Mirandela a ginecologia, a urologia ou a ortopedia fazer cirurgia ambulatória?

Também é importante falar aqui na desastrosa substituição dos médicos no serviço de urgência, médicos de Mirandela que sabem como ninguém os problemas de saúde que mais preocupam os Mirandelenses. Têm a experiência de anos e conhecem as pessoas, acompanham-nas na sua maior parte das suas consultas nos Centros de Saúde.

Não tenho nada contra os médicos estrangeiros que trabalham em Portugal e muito menos em Mirandela, conheço até muito bons profissionais, mas têm-se verificado casos com muita dificuldade de linguagem e é necessário que a empresa prestadora destes serviços, que coloca aqui os médicos, tenho o cuidado de verificar a sua prestação e integração nesta região.

Também é importante saber como se pode colocar um médico a fazer um serviço de urgência até às 08h da manhã e que entre à mesma hora num outro serviço à mesma hora, estando este serviço a mais de 150 kms. de distância. Tem que falhar nalgum lado.

Hoje é muito complicado e arriscado ir ao Serviço de Urgência em Mirandela. Os recursos humanos são deficientes na quantidade e alguns na qualidade.

Ultimamente perdi um amigo que teve necessidade de ser assistido na urgência do hospital de Mirandela, não quero aqui falar deste caso por respeito, mas são este e outros casos que nos deixam preocupados, apreensivos, receosos, com medo. No nos podemos acomodar, não nos podemos calar. Sinto o que muitos Mirandelenses sentem neste momento, sinto-me insultado, mal tratado e sobretudo uma revolta muito grande dentro de mim. Mas quero dar-vos mais um exemplo que espelha muito bem a gestão do Centro Hospitalar do Nordeste.

Foi implementado em 2004 no hospital de Mirandela o sistema Alert. Consta que vai ter o seu fim a partir de Março ou Abril do corrente ano.

Para quem não sabe, é um sistema informático a funcionar no Serviço de Urgência e que veio acabar com a burocracia dos papéis, possibilitando saber o percurso que o doente faz desde a sua entrada no serviço de urgência até à sua alta ou ao seu internamento. Funcionava bem, ou melhor, funciona ainda bem, o único no distrito e que é uma ferramenta imprescindível para todos os profissionais que trabalham no serviço de urgência.

Sabem qual foi o seu custo? Mais de meio milhão de Euros. Sabem qual vai ser o seu destino? O lixo. Que loucura é esta? Em vez de se dotarem os outros hospitais com um serviço destes, deita-se fora um sistema informático que por um lado foi caro e que por outro é considerado pelos profissionais que o utilizam, imprescindível num serviço tão importante como é o da urgência. Que gestão é esta? Quem compreende o que se está a passar na cabeça destas pessoas?

Peço-vos que façamos aqui uma reflexão conjunta e que cada um de nós pense na resposta à seguinte pergunta.

Será que esta administração do Centro Hospitalar do Nordeste conseguiu em tão pouco tempo arruinar três hospitais. Arruinou economicamente, humanamente, maltratou, castigou funcionários, deu cabo da saúde dos transmontanos, vai tomar conta também dos Centros de Saúde do Distrito com a criação da unidade local de saúde? Meus amigos, quem não conseguiu gerir três hospitais, como vai então gerir os cuidados de saúde primários? Será que os centros de saúde, que funcionam bem e que nos últimos anos foram reforçados com outras respostas que outrora não tinham porque foram colocados entre outros, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e assistentes sociais, irão ter o mesmo resultado de gestão? Todos nós sabemos o que acontece quando metemos uma maçã podre numa cesta onde se encontram boas e saborosas maçãs, não é verdade? Para bom entendedor...

Quero dirigir-me a esta Assembleia e daqui a todos os Mirandelenses. Não podemos deixar morrer o nosso hospital, não podemos continuar a deixar morrer pessoas, não podemos aceitar que destruam o nosso mais precioso bem que é a saúde.

Por tudo que aqui foi dito é urgente pararmos para pensar o que tínhamos e o que perdemos em tão pouco tempo e agirmos enquanto é tempo, para bem da saúde e da qualidade de vida de todos os Mirandelenses.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Tem a palavra a senhora deputada Fernanda Cerqueira.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente da Mesa e senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito bom-dia a todos.

Hoje trago apenas duas questões que preocupam alguns Mirandelenses neste momento e uma delas já foi aqui mais ou menos abordada. A primeira também já foi referida na Assembleia anterior e diz respeito à Escola Profissional de Arte de Mirandela, a Esproarte, e ao que concerne ao atraso no pagamento dos salários, quer dos funcionários quer dos professores.

Gostaríamos de saber o ponto da situação e quais as diligências alternativas para neste momento tão difícil que atravessamos essas pessoas deviam ter dinheiro para a sua subsistência.

Uma segunda questão, também referente à educação.

Estando neste momento o Ministério da Educação a preparar o novo ano lectivo, no que diz respeito à rede escolar, o Ministério da Educação diz que vai manter o encerramento das escolas com menos de 21 alunos e diz ainda que mantém a intenção de criar os mega agrupamentos que no nosso caso vai englobar o Agrupamento Luciano Cordeiro, a Escola Secundária de Mirandela e o Agrupamento da Torre D. Chama e não sabe o que vai acontecer ao Externato, já falaram aqui. Gostaríamos de saber qual é a posição do Executivo relativamente a estes pontos.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-9-

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, meus Senhores, minhas Senhoras, comunicação social, a todos as minhas saudações cordiais.

Antes de começar a minha intervenção, vou dizer uma frase que se notabilizou em meados do século passado por um grande revolucionário e que é a seguinte: “El trabalho voluntário faz despertar consciências”. Isso foi dito por Che Guevara.

Estamos no ano europeu do voluntariado, a minha intervenção é sobre o valor do voluntariado.

No dia 27 de Novembro de 2009, o Conselho de Ministros da União Europeia, declarou oficialmente 2011 como o Ano Europeu das Actividades Voluntárias que promovem uma cidadania activa.

O ano europeu tem por objectivo gerar, incentivar e apoiar esforços desenvolvidos pela comunidade, pelos estados membros e pelas autoridades locais e regionais tendo em vista criar condições na sociedade civil, propícias ao voluntariado.

O voluntariado é uma das vias para que num futuro próximo possamos construir um mundo mais solidário, de forma sustentável, eliminando desigualdades e criando meios de inserção social para todos. Este, instala-se no centro de acção cidadã, sendo a mola propulsora de todas as mudanças sociais, é uma oportunidade para a coesão social.

Tratando-se de um trabalho comprometido com a sociedade, tem os seus objectivos alicerçados na liberdade de escolha. É também um instrumento de formação e aplicação do capital social, capaz de contribuir para que as organizações e projectos sociais possam melhorar ou ampliar os serviços prestados aos beneficiários. Promove um mundo melhor e torna-se num valor para todas as sociedades. É um acto genuíno de cidadania.

Falar de cidadania é dizer que cada cidadão é um indivíduo no gozo dos seus direitos e em cumprimento dos seus deveres.

Todavia, para ter uma cidadania plena é necessário que se tenham esses direitos, sendo portanto difícil que todos a tenham no modelo de sociedade actual.

Através do exercício do voluntariado, cada um pode exercer a sua própria cidadania, colocando o seu talento à disposição do outro, para a construção de uma vida melhor para todos.

Desta forma é de acreditar que serão disseminadas ideias socialmente responsáveis e plantada a semente da solidariedade.

A actividade do voluntariado tem um papel de tal modo único na sociedade que por vezes são descritas como cimento que mantém juntas todas as esferas da sociedade.

Consciente do seu papel no exercício da cidadania e disposto a dividir os seus sonhos na busca do ideal comum, o voluntário exercita valores humanos, tais como a ética social, a solidariedade social e a justiça social.

O voluntário, como um actor social, é agente de transformação, presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando o seu tempo e os seus conhecimentos.

O trabalho que realiza é gerado pela energia do seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo, como aos imperativos de uma causa, assim como as próprias motivações pessoais, sejam elas de carácter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

Porém, é cada vez mais importante fazer com que o voluntário reflecta sobre as suas contribuições pessoais para a acção colectiva e que perceba a importância da transformação da realidade.

Hoje, não há dúvidas de que estimular o voluntariado desde a escola, é uma prioridade para que se desenvolva a cidadania entre as pessoas, porém o estímulo é uma cultura de voluntariado, não precisa apenas ser direccionado para os jovens, eles serão certamente mais responsáveis pela construção do amanhã, porém, não se pode deixar ninguém de fora, já que o mundo melhor é da responsabilidade e direito de todos.

Termino o tema da minha intervenção dedicando a esta Assembleia um pequeno texto feito em jeito de poesia, no qual é possível perceber a distinção e a forte relação entre a solidariedade e a cidadania, ambas necessárias na construção de um mundo melhor e intrínsecas aos valores de um voluntário.

“A solidariedade brota do coração grande e generoso, enquanto que a cidadania é frito da mente racional esclarecida. A solidariedade ao deparar com a pobreza diz: quero acolhê-lo, alimentá-lo, abrigá-lo, educá-lo, porque é um ser humano como eu e não posso vê-lo sofrer.

A cidadania ante a exclusão social manifesta-se contra a corrupção e a favor de uma sociedade mais justa, porque a pobreza de muitos prejudica a todos.

A solidariedade doa para a cultura e ampara as artes porque quer oferecer algo à comunidade.

A cidadania preserva o património artístico e cultural, porque assume o seu papel de dono e se o dono não cuida, quem cuidará.

A solidariedade floresce nas crises e emergências, a cidadania exerce-se no dia-a-dia.

A cidadania é obrigação de todos, a solidariedade é vocação de alguns.

Podemos educar jovens para a cidadania, para a solidariedade só os podemos sensibilizar.

A solidariedade engrandece o homem, a cidadania constrói a sociedade. As duas podem resgatar a dívida social duma nação.”

Vamos todos contribuir para o voluntariado.

A todos o meu obrigado.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhor Presidente da Assembleia e demais membros da Mesa, Exm.ª Assembleia.

Não é a primeira vez que nesta Assembleia abordo a questão da possível e desejável reforma da Administração Local, contudo, quando aqui a abordei, apesar do assunto em minha opinião ser um tema irrefutável não terá colhido

grande receptividade neste órgão do município, se bem que, dado o aproximar das eleições locais, compreenda as reacções que então provoquei.

Tal como referi, este assunto é um tema que não será adiado por muito mais tempo, pelo que não valerá a pena fingir que não sabemos de nada ou até que tal não se justifica quando um simples exercício de lógica racional a recomenda. Caso contrário, permitiremos que a sua discussão seja reduzida a uma perspectiva exclusivamente económica ou até de régua e esquadro.

Para tal, basta ter em conta a forma como no Diário de Notícias de 20/06/2010, Almeida Santos e Miguel Relvas se referem a este assunto.

Diz assim a dado passo:

“O Presidente do PS colocou o dedo na ferida. Almeida Santos sustenta que nos tempos actuais não se justifica a existência de 308 municípios e propõe a sua redução, o que permitiria uma poupança brutal que seria usada em favor dos cidadãos.”

O Secretário-Geral do PSD não só concorda como advoga que se vá mais além e se faça a reforma administrativa do País. E sustenta que há concelhos com uma dimensão pequena que não se justificam e freguesias enormes que poderiam dar lugar a novos municípios e alerta que esta é uma reforma que terá de ser feita com urgência, antes que sejamos obrigados, como a Grécia a fazê-la.

Entretanto, em Lisboa, liderado pelo socialista António Costa, concluiu com a distrital do PSD o acordo para a implementação desta reforma no seu concelho.

Assim, de mais de 50 freguesias na actualidade, com base nos estudos elaborados por uma equipa do Instituto Superior de Economia e Gestão e do Instituto de Ciências Sociais, o concelho de Lisboa passará a ter apenas 24 freguesias.

Existirão freguesias com número de eleitores que oscilam entre os 11.000 e os 37.000 eleitores e com uma área geográfica entre 1.12 e 8.13 km².

Se daqui olharmos para a nossa realidade, seja na perspectiva da área geográfica ou da demografia, facilmente se concluirá pela urgência da reforma neste domínio, reclamando em simultâneo mais competências e atribuições legais.

Na Covilhã, tal como em Mirandela, município bem na faixa interior do país, semelhante processo está em marcha. Ao contrário de tudo isto, no nosso concelho parece persistir a lógica de dividir para reinar, alimentam-se atitudes de disputas de áreas geográficas entre freguesias ou até a disputa entre a freguesia e as suas anexas.

Não tenhamos ilusões, no nosso concelho, bem como na nossa região, face à realidade demográfica com que nos confrontamos, tal como alguns anos atrás aqui afirmei, um número significativo de Juntas de Freguesia não tem qualquer impacto positivo junto das populações locais, quantas vezes até prosseguirão práticas políticas pouco correctas e até com objectivos políticos pouco recomendáveis.

Assim, tendo em conta que o senhor Presidente da Câmara Municipal preside também à Comissão Política Distrital de Bragança, do PSD, gostaria que transmitisse a esta Assembleia se este tema faz parte ou não da sua agenda política para o actual mandato, promovendo de uma forma séria e sem preconceitos de qualquer natureza, a discussão pública destas matérias, ou se pelo contrário, entende tratar-se de um assunto pouco relevante e oportuno para a região e conseqüentemente para o país.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Com autorização do plenário, permitam-me intervir aqui da mesa na medida em que, saindo eu da Mesa, a Mesa fica sem condições de funcionamento por ter que ter a maioria.

Vem a propósito da intervenção anterior, do deputado Jorge Pereira, visto ter estado recentemente, no dia 19 de Fevereiro, numa reflexão organizada pela delegação distrital da Anafre de Bragança que debateu quatro temas: reorganização administrativa do território, revisão da lei eleitoral autárquica, revisão da lei das finanças locais e novas e clarificadas competências das freguesias.

Foi de facto um debate muito vivo. Pena foi que ele tenha primado pela ausência de inúmeros presidentes de junta, provavelmente porque se nota alguma desmotivação pelo facto da maioria estar em fim de ciclo. Não sei se é esse o problema.

Estiveram nesse debate – o que é coisa rara – os três deputados da Assembleia da República eleitos pelo Distrito de Bragança: Mota Andrade, Adão Silva e Ferreira Gomes.

Não obstante as diferenças de opinião e as divergências entre eles, de uma forma geral os intervenientes concluíram que a situação como está não pode continuar e que urge avançar com coragem para a tão desejada e necessária reorganização administrativa, sobretudo a nível dos municípios e das freguesias.

Os modelos são variados mas todos eles têm como denominador comum o excesso de freguesias, a escassez de recursos financeiros e a premência na clarificação de competências entre os municípios e as freguesias.

Eles entendem que as freguesias continuam a ser a pedra angular do nosso sistema democrático, embora tenham dificuldades em afirmar-se no todo nacional, ocupando o quintal das traseiras da democracia.

Questão também muito debatida teve a ver com a participação ou não dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais e posso aqui dizer, em jeito de conclusão ou de resumo, que todos eles defendiam a ideia de que os Presidentes de Junta não deveriam fazer parte desta Assembleia mas sim de um órgão específico onde duas ou três vezes por ano pudessem contactar com o executivo camarário.

Esta reforma da administração pública e sobretudo dos municípios e das freguesias é uma tendência europeia. Foram apresentados 12 países em que essa reforma está a ser feita, com predominância para a Grécia que passou de 1033 concelhos para cerca de 300.

Foi dito em jeito de conclusão o seguinte:

Existe a clara percepção de que a situação actual não é a mais adequada para servir o interesse público e que se justifica uma profunda reorganização administrativa, passando pela extinção, fusão ou associação de freguesias, não existindo ainda consenso quanto ao modelo mais adequado.

Concluiu-se também que a maioria das freguesias actuais não têm dimensão e escala e têm uma fraca capacidade de intervenção.

Teoricamente os Presidentes de Junta parecem ser, na sua maioria, favoráveis à reorganização administrativa mas quando se trata da sua freguesia o discurso muda radicalmente, o que augura dificuldades enormes na sua implementação geradoras de conflito e oposição porque ninguém quer perder poder e identidade.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, senhores Deputados, muito bom-dia.

Nesta minha intervenção não estava no meu pensamento começar com estas palavras ao primeiro deputado legítimo que interveio e que se referiu à minha pessoa também deputado de pleno direito nesta Assembleia Municipal.

Fez um discurso que eu respeito e teceu duas ou três considerações a propósito da minha postura e da minha maneira de estar nesta Assembleia. Eu já disse que as fragas não são mudas e eu Carlos Fraga falarei quando tiver que falar e até que a voz me doa. Disse uma coisa importante “quem cala, consente” e eu acrescento “quem cala, consente e falar é ser gente.”

Dizer que essa citação a propósito das minhas intervenções e até mesmo na qualidade de município, pelo menos teve aqui uma grande virtude, é de que ele hoje interveio para nos pôr aqui problemas que têm a sua actualidade.

Eu queria através da mesa falar de algumas questões que depois desejo que o Sr. Presidente da Câmara me possa responder.

Já foi falado aqui nas obras no restaurante Flor de Sal. Que eu saiba é um imóvel do município e não é um edifício antigo, é um edifício moderno.

Eu não entendo muito bem e gostava que me explicassem se quem o está a explorar há já alguns anos, sendo o edifício novo de raiz, tem precisado assim de tantas obras de remodelação, (não sei como o contrato foi celebrado) se essas obras e a serem feitas por quem o está a explorar, geralmente são da responsabilidade de quem as faz e com isto tudo perguntar se este imóvel restaurante Flor de Sal foi criado para um fim específico, promover o turismo desta terra no aspecto gastronómico, se tem sido uma mais valia para o município nessa tal promoção e também no conceito de números, isto é, se ele tem vindo a dar prejuízo ao município de todos nós ou está efectivamente a dar lucro.

Já que falamos no turismo, que é uma das grandes apostas da nossa terra, sugerir aqui também e porque não uma maior animação naquele jardim entre as pontes, ao domingo ou ao fim de semana e lançando até aqui um repto às nossas associações culturais e recreativas porque também elas têm um papel preponderante a desempenhar nesse aspecto, porque esta nossa cidade ao domingo e aos fins de semana – já alguém disse – quando não há futebol em Mirandela, esta cidade fica morta, fica um vazio.

É certo que já algumas experiências recentes foram feitas, com umas bancas ali junto ao café Mira Tua, mas passei por lá e nem sei se o que estava ali exposto se eram produtos da nossa terra. Eu gostava de ver uma promoção turística que chamasse cá os turistas mas com coisas da nossa terra.

Fica aqui esta sugestão, pode não ser a perfeita, mas talvez um embrião para que daqui possa nascer alguma coisa de real.

Também a questão que eu coloco através da Mesa ao senhor Presidente, tem a ver com o antigo posto de turismo, junto do edifício do GAM, e eu vejo-o inactivo, que utilidade vai ter, que proveitos estamos a tirar, não há solução? Gostaria de saber.

Ainda na vertente turística, começam a aparecer por aí aos fins-de-semana alguns turistas e uma das atracções fundamentais como nos sabemos, é o repuxo no rio Tua que tem estado desactivado, não sei porque motivos. Penso que seriam horas – talvez seja contingência da crise, irão responder-me certamente – de pensar em o pôr a funcionar, nomeadamente aos fins-de-semana.

Uma outra pergunta, sei que e foi aprovado já há algum tempo em executivo da Câmara Municipal, para haver uma proximidade entre o Executivo e os eleitores, estou a falar em concreto das freguesias, foi aprovado que algumas reuniões do Executivo fossem realizadas nalgumas sedes de Junta de Freguesia. Eu queria saber até à data se alguma já foi realizada e quantos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia se dignaram responder ao município manifestando essa disponibilidade.

Só para terminar, senhor Presidente, houve aqui uma senhora deputada, a Dr.ª Alzira Ramos que falou numa palavra “solidariedade”, que é uma palavra que nos é muito grata e muito cara a todos nós e então há este aspecto que nos chocou a todos nós, daquela senhora de nome Augusta Duarte Martinho que recentemente se veio a descobrir que há oito ou nove anos que estava morta dentro do imóvel.

O nosso Estado mostrou neste episódio uma face brutesca e deplorável. Parece que não somos cidadãos e falou-se aqui em cidadania. Pretendem-nos substituir apenas por contribuintes e consumidores. A desumanidade e um acontecimento destes envergonha-me enquanto ser humano e enquanto português.

O acontecimento macabro convida a uma boa reflexão sobre como o Estado e os cidadãos devem olhar com outros olhos para a terceira idade, para a solidão e para os idosos, como já referiu aqui um senhor Presidente de Junta do nosso concelho numa destas Assembleias.

Haja humanidade, seja esta desenvolvida em maior grau, a começar pelas crianças e jovens, - é um desafio para o banco local solidário – criando um estímulo ao voluntariado e ao desenvolvimento das relações de boa vizinhança.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Faustino, temos que respeitar o Regimento e pedir autorização a esta Assembleia se concorda com os 30 minutos que vêm a seguir.

Quem é que se opõe?

Quem se abstém?
Podemos continuar.
Senhor deputado Faustino, faça o favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Bons-dias. Exm.º Senhor Presidente e Exm.ª Vereação, Senhores membros da Assembleia.

Porque estou convencido que a falta de mobilidade interna na acessibilidade das populações mais carenciadas, os idosos, sobretudo, é um factor de exclusão social, volto a insistir neste tema.

Em primeiro lugar, quero lamentar que o deputado eleito pelo PSD, senhor António Figueiredo, contrariamente ao que me prometeu na resposta à minha intervenção na Assembleia de 20 de Dezembro, ainda não cedeu, mesmo por empréstimo, o programa de sustentabilidade e mobilidade para a cidade de Mirandela.

Embora esteja convencido que em nada contribuirá para a resolução do problema que venho apresentando, fico grato pela sua consulta.

Admito pelas palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela estar a transmitir uma preocupação considerada excessiva, não só por ele, como pelos senhores presidentes de Junta, uma vez que ainda há alguma mobilidade, eu estou a citar, e ser necessário estudar a mobilidade para sustentar a mobilidade, citei.

Consciente dessa necessidade, estou disponível para o seu estudo logo que o mesmo seja submetido a esta Assembleia.

Dentro desta problemática, quero informar a Assembleia de que consegui os horários dos dois autocarros que a Câmara tem ao serviço de Mirandela desde Novembro de 2007. Várias vezes questionei aqui a informação sobre os itinerários e os horários. Ouvi um debate na Terra Quente FM questionando a mesma informação e finalmente, quase a título de favor, o posto de turismo junto da Estação de Metro Jean Piaget cedeu-me uma fotocópia de um único exemplar de que dispõem.

Obtive também a informação de que a sua exploração é efectuada pelo Metro de Mirandela.

Sendo uma experiência pelo menos desde Novembro de 2007, estou certo que deve estar a ser preparado algum estudo para apresentar a esta Assembleia com indicadores de frequência e sustentabilidade.

Embora a viagem seja gratuita e do conhecimento sempre dos mesmos – não há publicidade, não há estações, não há nada - estou certo de que vale a pena, já que são mais os votantes em Mirandela que os idosos nas aldeias e mesmo estes não podem exigir o que desconhecem poder ser um factor de inclusão social. Pagam os táxis e os de Mirandela vão de graça.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito bom-dia a todos os presentes e, em especial, à Mesa da Assembleia Municipal e Executivo Camarário.

Presidente da Assembleia Municipal:

Peço desculpa senhora deputada mas a fórmula é: senhor Presidente, senhores Deputados.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Diga?

Presidente da Assembleia Municipal:

A forma de saudação no início da intervenção é: senhor Presidente, senhores Deputados, conforme consta do Regimento.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito obrigada pela lembrança, então é: gostaria que repetisse para eu fixar então.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Sr.ª deputada tem é que conhecer o Regimento e respeitá-lo que é uma regra e uma obrigação de todos nós – artigo 27º, n.º 2).

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito obrigada, eu vou pedir uma cópia para ter sempre presente à minha beira.

O Sr. Presidente já me corrigiu, dispensar-me-ei...mas eu repito.

Exm.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Exm.ºs Deputados (é que agora já me baralhou completamente).

Portanto, bom-dia a todos. Depois vou rectificar na segunda intervenção.

Com isto, antes do Período da Ordem do Dia, queria referir o seguinte:

Falou-se já aqui bastante na questão da reorganização a nível do poder local, concretamente na junção ou reorganização de presidências de junta e eu apenas queria fazer um apelo aos presidentes de junta aqui presentes.

É muito importante que entre as competências que têm, e eu sei que o fazem, mas talvez porque não seja tão visível a aposta nas pessoas, um apelo que é extremamente importante é fazer o levantamento da escolarização dos seus fregueses.

Eu faço parte do núcleo local de inserção. Frequentemente queremos implementar rapidamente cursos de alfabetização mas infelizmente ainda há muita gente – alguns que nem têm a 4.ª classe, outros só com a 4.ª classe – e havendo excedente que está a ser pago, de pessoal docente, é hora de aplicarmos esses recursos humanos para aumentar a escolarização das nossas gentes porque também aí é um acto de cidadania.

A escola é um lugar de oportunidades, é um lugar de partilha, é um lugar de aprendizagem, é um lugar de desenvolvimento pessoal e social e costuma dizer-se que ninguém nasce ensinado.

Hoje, mais do que sempre, nós precisamos sempre de constante evolução, de constante conhecimento e, por isso, é que há as acções de formação e ainda bem, algumas com alguma eficácia duvidosa mas de qualquer maneira existem e tem que ser.

Isto era um apelo, não digo que seja descorado, mas que é muito importante até para se agilizar muitas vezes acordos de inserção e por aí adiante.

Depois tinha aqui perguntas muito concretas:

Não vou dissertar sobre a rede escolar já houve intervenções que o fizeram e este tempo tem que ser optimizado.

A minha pergunta muito concreta é: como é que estamos em termos de reorganização escolar? Será uma pergunta dirigida ao senhor Presidente da Câmara ou à vereação da Educação e Cultura, como entenderem, mas eu faço esta pergunta, como estamos? Vou a várias escolas dentro de funções e já ouvi várias versões e esta Assembleia tem o direito de saber se ainda há negociações, se há apenas cenários ou se já há tomada de decisão definitiva.

Concomitantemente vem à colação a questão do Centro Escolar em Mirandela. Também não temos ouvido falar, não sabemos em que ponto está.

Ainda ligado com a questão, também a brilhante intervenção da colega de bancada, Dr.ª Alzira.

Esta questão do voluntariado, realmente é o ano europeu do voluntariado, mas não pode haver voluntariado sem os pressupostos que ela enunciou e sem, sobretudo, haver alguma mudança de mentalidade a partir do primeiro ciclo.

Nós apostamos nas actividades a tempo inteiro mas há outros países em que durante os períodos de interrupção de aulas, em vez de serem os pais a preocuparem-se com a ocupação dos filhos, faz parte da formação como pessoa dessa criança a ocupação em trabalho comunitário. Pode não ser logo de tenra idade, claro, que uma criança de seis / sete anos, não pode fazer o que pode fazer uma de doze ou de treze. Sei que aqui no município já houve iniciativas no sentido de pôr os jovens nalguns programas, até em cooperação com o Instituto Português da Juventude, mas nós temos que começar a mudar mentalidades.

Noutros países, por exemplo, esse tipo de actividades faz parte do currículo escolar e é valorizado. Não é só o vulgo exame de acesso à universidade que é contado mas aí também são as universidades que escolhem os seus alunos.

São achegas que deviam fazer parte de discussões de estratégia de desenvolvimento, sobretudo na questão do capital humano, que são as pessoas.

Depois há aí outras intervenções que eu me reservarei para os pontos seguintes.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora deputada Vera Preto.

Deputada Municipal Vera Preto (PS):

Vamos ver se eu não me engano.

Exm.º senhor Presidente, senhores Deputados, um bom-dia a todos.

Tendo em conta as últimas notícias no âmbito da saúde, já foram aqui abordados alguns pormenores nesta área, esta área é uma área que a todos nós diz respeito, seja de uma forma ou de outra, permitam-me então vir aqui salientar uma pequena consideração.

É conhecido por todos que iremos viver brevemente uma nova reorganização dos cuidados de saúde a nível local, ou melhor dizendo, a nível distrital e não só.

Foi aprovado em Conselho de Ministros na semana passada a constituição de uma ULS, uma Unidade Local de Saúde, a Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE.

Esta organização integra as instituições hospitalares de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, os Centros de Saúde de todo o distrito, acrescido ainda do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Este modelo organizacional já não é novo no nosso país e, segundo informações que vamos tendo, pode ser um modelo de sucesso no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados e uma consequente satisfação do utente, assim como pode também ser um modelo de sucesso na área de gestão de recursos humanos, na área de gestão de recursos materiais e tecnológicos e ainda um modelo de sucesso na gestão financeira.

É um modelo que o grupo parlamentar do PS tem vindo a reflectir e já em algumas situações o expôs a público, tal como fez a Dr.ª Alzira Ramos na Assembleia de 25 de Junho de 2010, ainda não há assim tanto tempo e infelizmente, nessa altura, as suas declarações não foram aplaudidas.

Vou passar a citar o que a deputada Alzira Ramos disse nessa altura.

“Constatada que está a necessidade de as (fontes) enquanto suprimir as carências e fragilidades, continuamos, até ao momento, impotentes (veja-se o Orçamento da Saúde), pelo que resta puxar pela imaginação, apostar em novos modelos de gestão, que possam com os recursos disponíveis almejar os princípios consagrados nos próprios estatutos do SNS.

Assim, porque não começar, por exemplo, pela melhoria da articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais, optimizando um modelo de gestão conjunta onde o doente se sinta integrado, com um circuito bem definido e os recursos melhor aproveitados.”

Nesta altura a Dr.ª Alzira Ramos falava e passo a citar novamente

“Estou a falar nas Unidades Locais de Saúde”

Rematou ainda com a seguinte frase:

“Parece-me assim que mesmo em alternativa o modelo da Unidade Local de Saúde parece enquadrar-se numa visão holística do sistema de saúde pelo que não deverá ser descurado.”

Estava a dar uma piscadela de olhos a todos para pensarmos neste modelo.

Neste sentido e com esta posição se encontra o Partido Socialista e este grupo parlamentar nesta Câmara de Mirandela.

Como resposta, na altura, tivemos do Exm.º senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, o seguinte:

E passo a citar mais uma vez.

“Em relação à deputada Alzira que colocou uma questão sobre saúde, eu não tenho que me pronunciar aqui. Deu a opinião dela sobre esta matéria e a opinião de outros que reflectiram sobre ela. Aliás, já ouvi mais ou menos essa proposta outro dia numa referência rápida dum intervenção da Presidente da Concelhia do PS de Mirandela, nessa perspectiva.

Eu discordo dela em várias situações, mas não é para discutirmos aqui.”

Ora bem, agora a discussão já não passa pela criação ou não de uma ULS porque ela já está contemplada.

O momento agora é para análise de como esta nova organização dos cuidados de saúde pode dar mais e melhor resposta aos Mirandelenses.

Esta nova Unidade de Saúde tem como grande premissa a possibilidade de um contínuo de cuidados de saúde prestados a um indivíduo.

Qualquer pessoa pode entrar nos cuidados de saúde através de uma das portas que poderá ser os cuidados de saúde primários, vulgo Centros de Saúde, e se as suas necessidades forem de cuidados mais diferenciados passará então a ser encaminhado para um Serviço Hospitalar.

Mas é para isto que venho chamar a atenção.

Se esvaziarem de funções uma das estruturas hospitalares da ULS, os utentes serão encaminhados para uma outra que realmente tenha resposta às suas necessidades e isto sim passa a ser a nossa preocupação como utentes que somos ou temos potencial de vir a ser até porque e isto tenho que o dizer, localmente temos boas condições estruturais, temos profissionais de excelência e capazes, o que é importante e daqui para a frente, é saber gerir de forma clara, motivante e equitativa, todos esses valores.

Para tal, o PS de Mirandela continuará atento e continuará a dar as contribuições que julgar benéficas para todos os Mirandelenses, assim seja ouvido. Obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Temos ainda mais duas inscrições e dez minutos de tempo, de maneira que chama a atenção dos senhores deputados para o efeito porque depois não temos possibilidade de mexer no Regimento.

Tem a palavra o senhor Deputado Figueiredo.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Eu era para não estar aqui a dizer algumas coisas mas tenho que dizer porque estou cheio de retórica política e de coisas que afinal não se fazem.

O senhor Fraga vem aqui e desculpe que lhe diga isto com toda a sinceridade.

Desculpe senhor Presidente.

Antes de mais nada, Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do Executivo, Exm.ºs senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social.

Aquilo que estava a dizer em relação ao senhor deputado Carlos Fraga, “animação turística, etc. etc”.

Animação turística dá-me o seu Governo todos os dias que passam. Eu acho que o senhor deputado Carlos Fraga já se converteu também ao Socratismo, apesar de estar independente.

Onde está a solidariedade, vem aqui dizer o senhor Carlos Fraga, com pompa e circunstância. Ela não existe por causa deste governo, temos que pôr a ferida onde é que ela está.

Também o senhor deputado Faustino vem dizer que não encontrou nada nem lhe mandei nada, eu também não vi nada, vi aquilo num site da Câmara Municipal.

Era o senhor deputado Faustino que devia ir ao site e retirar como eu retirei. Se quer pedir isso, peça ao senhor Presidente da Mesa e ele enviar-lhe-à esse documento.

A mim também não mo deram. Fui ao site da Câmara Municipal, retirei-o e estive a ler aquilo que me interessou.

Em relação ao que ia dizer, é muito simples.

Fala-se muito hoje na dependência na conjuntura internacional para explicar o casulo da crise que está sempre omnipresente. Crise, crise, crise, mas nunca nasce a famosa borboleta dessa crise para acabar com a crise e a todos nos envolve aqui nesta Assembleia mas também lá fora às pessoas e aqui estamos nós entulhados até ao pescoço.

Mas o partido do governo e neste caso o PS, ou melhor, o Socratismo doutrina da verdade e da sabedoria, dizia há cinco anos atrás que somos vulneráveis ao que nos vem de fora mas eu digo que continuamos a ser enganados com erros grosseiros ou pelos interesses ou pela burrice, não há aqui mais nada a dizer. Estas são as minhas conclusões que eu tiro, posso eu também estar errado.

O poder, os interesses e a burrice em explosivo, caímos no Socratismo que tem exactamente estas três qualidades ou defeitos: autoridade, poder e ignorância e fala mentira, conforme já foi dito aqui por mim, várias vezes e até na última Assembleia Municipal, quando eu disse aquelas palavrazinhas “aldrabice, aldrabice” e é verdade, continuamos com o mesmo problema.

Somos um país que devia usar a inteligência e o debate para resolver os problemas e temos dirigentes que utilizam a mentira e evitam o debate ando-nos sempre o mesmo prato gastronómico como um político desta terra dizia – que já faleceu há alguns anos – um prato de lentilhas, o Socratismo.

O Socratismo e os seus acólitos pintam uma imagem cor-de-rosa, isto está tudo bem, corre às mil maravilhas, a economia está a correr bem, as finanças estão a correr bem, a saúde está a correr bem, o ensino está a correr bem.

Isto, na minha perspectiva, é enganar as pessoas sistematicamente, é mentir aos portugueses.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-15-

Depois aparecem os próprios críticos do PS, os chamados contra o sistema e lá vem o Socratismo a dizer assim, chamamos-lhe miserabilistas, chamamos-lhe ignorantes, chamamos-lhe retrógrados, eu estou a falar do Medina Carreira, do Henrique Neto, que pertence ao vosso partido, que também ele se sentiu chocado com aquilo que aconteceu numa última comissão política do vosso partido e quando podem, exercem pressão nos lugares. Onde estão esses críticos? E se puderem impedir a sua promoção ou acesso aos meios de informação, não exitam, há a máquina da propaganda da politicagem, isso para mim é um facto, é uma politicagem autêntica, o que é verdadeiro é falso, o que é falso é verdadeiro. Isto era o que se passava mesmo antes do 25 de Abril e eu recorde-me o que eu passei o ano passado por ser professor.

Diziam-me assim: ó pá, tu entrega os objectivos mínimos, senão são capaz de te pôr na rua, senão são capaz de te dar um pontapé no cu e desapareces aqui da escola, diziam-me isso, coagiam-me, entrega-os. A minha postura é de uma pessoa idealista, eu tive pessoas que me ensinaram a tentar conseguir o ideal e quando o meu idealismo está à frente de qualquer outra situação, é esse caminho que sigo.

Eu não entreguei objectivos mínimos, não entreguei nada, fiz o meu percurso, coagiram-me e isso não acontece só também em relação ao professor, ao funcionário público, à saúde, etc.

Usam do medo, porque as pessoas têm medo de perder o seu emprego. E diz um vosso militante, muito amigo do Mário Soares, muito amigo do Almeida Santos, o chamado Henrique Neto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó senhor deputado, peço desculpa de o interromper só para lhe lembrar que ainda temos outra inscrição e depois não temos forma de ultrapassar o Regimento.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Eu já acabo senhor residente, só cinco minutos.

Dizia assim o militante do PS o Sr. Henrique Neto: José Sócrates, numa das últimas comissões políticas do PS, defendeu a necessidade das severas medidas defendidas pelo governo, mas também disse que era muito difícil cortar na despesa do Estado, porque a base de apoio do grande PS que vocês aí tanto imaculam, está na administração pública, o Socratismo a pensar nos boys, ele disse-o lá, não sou eu a dizer, foi do vosso partido que disseram isso, a pensar nos boys e pediu para isso a compreensão dos presentes para abanarem com a cabeça a dizer que sim, mas ele é o Primeiro-ministro de Portugal, está a dar cabo do meu país, não tem ideias, não é um homem para servir um estado, uma nação com 900 anos, não é o único mas é um dos mais importantes.

A realidade é esta: nós hoje somos vulneráveis e estamos à beira do desespero ou do abismo, ficamos com uma gripe H10, N10, o vírus desta estripe tem um nome "Socratismo".

A razão é simples e o Estado Português é por excepção uma noção que é suposto representar, quando não tem poder, desbarata o que existe e não sabe fazer como resta. Distribui prendas pelos seus acólitos, a gastar o restante do controle dos votos.

Portugal deve promover o equilíbrio, a justiça social e só se consegue na ordem e não na desordem. Portugal tinha uma ideia de si mesmo mas uma política nacional portuguesa e estratégias para sustentar, tinha o peso internacional e a garantia das capacidades existentes e futuras, havia a noção de que a economia não era um fim em si mesma, derivava de uma política e era um instrumento e uma estratégia e que o sistema financeiro se destinava a contentar e a promover o sector económico, onde fosse mais necessário. Estas são as palavras de uma pessoa que eu leio bastante "João Ferreira", um sociólogo.

Passados 36 anos estamos hoje confrontados com uma crise política e económica gravíssima, de patas ao ar, e que não podemos resolver enquanto se mantiver o Socratismo e os seus acólitos.

Para terminar, senhor Presidente, isto era o que me era dito quando eu era ganapo, a última palavra cabe sempre ao povo, como dizia um político desta terra.

Mas para haver democracia tem que se ter um ideal, seja ele de direita ou de esquerda, ou melhor, dizia ele "liberal, neoliberal, socialista, comunista, ou outros, chamem-lhe o que quiserem", ter uma preocupação nesse caminho, mas ter essa preocupação nesse caminho é ter dignidade, honestidade, saber ouvir, dialogar, porque não aconteceram estes requisitos, porque se não acontecerem estes requisitos mínimos da democracia, ela está falida, o Estado é só para alguns.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores deputados, temos um Regimento, peço-lhe o favor de o lerem e de obedecerem, temos todos que obedecer por igual.

Deputado Paulo Pontes, faz favor, tem a palavra.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Exm.º senhor Presidente da Assembleia e senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores.

Acho que desde que aqui estou nesta Assembleia, nunca infringi o regulamento e talvez outros o tenham infringido a meu desfavor.

Eu venho aqui, a propósito da educação e da saúde.

No último mandato trouxe à Assembleia a questão dos agrupamentos que se fazem e que se vão continuar a fazer. Não sei se alguns ainda se recordarão e infelizmente chego à conclusão que vou tendo razão que tudo isto era para agrupar. A intenção que há é de Vila Real para cima de fazer aqui uma coutada "caça grossa", isto tem que ser tudo desertificado. Disse inclusivamente que iria ser tudo agrupado e que se iria chegar ao tempo dos agrupamentos familiares, não sei se recordam disso também, em que na minha aldeia ficam lá cinco casas, mas cinco casas a gastar

luz e então há que agrupar essas cinco famílias numa só porque só gasta uma lâmpada. Não tenham a menor dúvida porque é isso que vai acontecer.

Muito brevemente. Recordam-se quando todos nós andávamos na escola em que havia um director da escola ou Presidente do Conselho Executivo que dava aulas e que todos os membros do Executivo davam aulas. Depois o Presidente do Executivo deixou de dar aulas e os restantes membros continuavam a dar aulas. A seguir deixaram todos de dar aulas e passou-se aos directores e já em plena crise os directores e restantes membros, além de não darem aulas, estão de segunda a sexta na escola e passaram a ter uma gratificação de 800 ou 1000 euros em plena crise. Isto é que é gerir, isto é que é saber levar a educação.

Na questão da saúde, é evidente que se vai agrupar cada vez mais.

Na educação começaram por fechar as escolas com menos de dez alunos mas depois viram que havia mais aldeias que tinham onze, agora temos que passar para vinte. Agora chegaram à conclusão que a Torre é uma aldeia grande (peço desculpa é uma vila) mas que ainda tem mais que vinte, afinal tem que ser mais, temos que fazer os mega-grupamentos. Só nas sedes de concelho e nas grandes é que podem ter escola, não tenham a menor dúvida, porque agora vêm os agrupamentos dos municípios e os agrupamentos das juntas de freguesias.

Agora vão chegar à minha junta de freguesia e vão dizer... temos que fechar isto. Mas têm que fechar porquê? Você não tem escola, não tem médico, também não pode ter junta, estão aqui meia dúzia de pessoas, que elas vão ter que sair daqui também.

Já agora aproveito para dar um conselho: quando alguém precisar de assistência médica de emergência ao telefonarem digam que a pessoa já está morta porque se dizem que teve um acidente ou qualquer coisa eles não lhe aparecem lá.

Quando vemos reportagens na televisão nem sequer acreditamos que aquilo é verdade que acontece.

Esta semana, comigo directamente, como toda a gente sabe eu vivo em Vila Real e trabalho em Pedras Salgadas e a minha mulher trabalha em Mondim de Basto. Temos horários diferentes, eu saí primeiro de casa. Estava a chegar à escola e recebo um telefonema de uma pessoa a berrar muito, muito aflita, que era a minha esposa, a dizer que ao mudar o pneu do carro, tinha o pneu completamente furado e ao pôr o macaco e ao mexer no pneu, a mão ficou-lhe debaixo do pneu e estava lá a berrar e vem cá depressa e chama a emergência médica e eu telefonei logo para a emergência médica e disse que a minha mulher estava com a mão debaixo do carro...responderam-me que iam ligar para o CODU (não sei o que é que isso é).

Ligaram-me do CODU a perguntar o que se passava e eu respondi que a minha esposa... contei a história, está nesta situação. Pediram-me o número de telefone de casa e entretanto fui para Vila Real a correr. Chego a Vila Real tive que desentalar a minha mulher porque ainda lá estava a berrar e levei-a para o hospital. Por coincidência o médico que estava lá era o nosso vizinho e atendeu-a imediatamente e felizmente não partiu nada, apesar de ainda andar com a mão toda negra, foi passado um atestado médico, não o utilizou e continuou a ir trabalhar.

Entretanto ligo outra vez e disse que tinha feito um telefonema para irem socorrer uma pessoa e o senhor do 112 disse-me que me pôs em contacto com o CODU e que não tinha nada a ver com isso. Disse ao meu vizinho que ia levar a minha mulher ao hospital e para ele ver se aparecia ali uma ambulância. Vocês não vão acreditar mas não apareceu ambulância nenhuma.

Portanto, quando ligarem à emergência médica digam que a pessoa está inanimada, que está a morrer ou que já morreu que é para ver se eles vêm, senão não vêm.

Presidente da Assembleia Municipal:

O senhor deputado Carlos Fraga tinha pedido a palavra para que efeito?

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Para defesa da honra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó senhor deputado Carlos Fraga, a Mesa não registou que houvesse qualquer ofensa à honra do senhor deputado, de qualquer modo não são três minutos que vão alterar até porque a mesa tem sido muito condescendente, ultrapassamos todos os limites regimentais, use da palavra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, é só para dizer o seguinte:

Cada qual se converte ou reconverte àquilo que muito bem entender, em primeiro lugar, sobre acusações que me foram feitas.

Há muita gente curiosa quando me conceberam deram-me um nome "Carlos José Fraga". Estou convertido a uma doutrina religiosa onde conheço a figura de acólito mas desconhecia que a nível político também os governos tivessem acólitos. Isso parece-me que pertence à hierarquia da Igreja.

Dizer também ao senhor Presidente da Mesa que aquilo que disse na minha intervenção, as perguntas ou as sugestões que dei, coloquei-as através da Mesa, directamente para o senhor Presidente da Câmara e é da parte dele que eu espero a resposta, não é com os senhores deputados que eu tenho que encetar diálogos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Deputado Miguel Ângelo, pediu a palavra para que efeito?

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Para invocar o regimento, senhor Presidente.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-17-

Senhor Presidente, eu queria invocar a alínea c) e e) do n.º 1 do art.º 58, sobre os deveres dos membros da Assembleia e refiro-me concretamente à intervenção não especificamente e não apenas de hoje, mas a de hoje e anteriores, do deputado da bancada do PSD, Figueiredo.

Não ponho em causa a simpatia que o senhor deputado possa ter...

Presidente da Assembleia Municipal:

Pode repetir o artigo?

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Alínea c) e e) do n.º 1 do art.º 58.

Presidente da Assembleia Municipal:

Faz favor de continuar.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Sobre o respeito da dignidade da Assembleia e dos seus membros, assim como a contribuição para o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal, porque de facto não me parece que as intervenções do deputado Figueiredo sejam dirigidas à Assembleia em respeito por estes princípios do Regimento.

A mim não me incomoda rigorosamente nada o azedume que o deputado Figueiredo tem para com o nosso Primeiro-Ministro e para com o Partido Socialista. Não me incomoda porque ele próprio invocou valores morais e ideais para se sentir desagradado das decisões políticas que são tomadas pelo Primeiro-ministro ou pelo governo e pelo apoio que o Partido Socialista dá a esse governo. Quanto a isso nada a dizer.

O que realmente me incomoda é que se refira sistematicamente “o vosso Primeiro-ministro”. Para o bem e para o mal, o Primeiro-ministro de Portugal é de todos os portugueses. Nós podemos não gostar das decisões e eu posso aqui assumir com todo o à vontade porque sendo membro da bancada do Partido Socialista sou insuspeito nesse aspecto. Não concordo com muitas decisões que este governo tem tomado, não concordo com muitas decisões que o nosso Primeiro-ministro adoptou para o nosso país mas isso não me faz dizer que o Primeiro-ministro não é meu. O Primeiro-ministro não é daqueles que votaram nele. Não admito que por respeito desta Assembleia que o deputado Figueiredo faça acusações baseadas no sentido de voto que eu ou colegas da minha bancada possam ter tido, que ele não sabe quais foram, porque ninguém sabe em que partido é que eu votei para a Assembleia Legislativa.

O que queria apelar, senhor Presidente, era que de futuro intervenções agastadas, sem objectivo, que não respeitam a Assembleia e que não contribuem rigorosamente nada para o trabalho que esta Assembleia deve e deveria prosseguir devam ser colmatadas e devam ser paradas a seu tempo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, a Mesa não se cansará, como é óbvio, de chamar a atenção dos senhores deputados e usar a expressão “pedido”, não é nada de humilhante que a Mesa peça aos senhores deputados para relerem o Regimento e tentarmos todos submeter.

Eu julgo que as coisas têm corrido bem. De um modo geral, tem havido compreensão e tolerância da Mesa. Também já disse aqui e voltarei a dizer, porque cada vez mais tenho essa noção de gratidão à Assembleia e aos seus membros, porque noto uma compreensão progressiva e as coisas têm caminhado bem e hão-de caminhar ainda melhor, num percurso de respeito, de interesse pelas questões da terra e por respeito fundamental do Regimento.

Hoje mesmo utilizámos o Regimento em toda a sua plenitude, ultrapassámos uns breves minutos e eu compreendi muito bem que quer o senhor Arquitecto Figueiredo, quer o senhor deputado Paulo Pontes se fizeram esforços para entrar dentro daquilo que lhes foi pedido e nesse aspecto acho que estamos todos em consonância.

O senhor deputado está a pedir a palavra? Para que efeito?

Senhor deputado, o Regimento não prevê nenhuma cláusula para lhe dar a palavra. Eu compreendo essa insatisfação mas nós devíamos evitar o diálogo senhor deputado.

Apelo à sua compreensão se faz favor. Temos outros parágrafos à frente.

Senhor Presidente pode usar da palavra faz favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados a esta Assembleia, queria em primeiro lugar tentar responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Creio que elas se referem a três reformas estruturais que estão a decorrer: a educação, a saúde e o poder local.

Ao Carlos Fraga dizer-lhe que a sugestão da animação do jardim da ponte é uma boa ideia mas também lhe digo que se Mirandela fica vazia ao fim-de-semana apetece-me perguntar-lhe se já foi aos outros concelhos dos distritos de Bragança porque aquilo deve ser um deserto completo.

Quanto ao antigo posto de turismo, neste momento está desactivado porque a associação que estava entregue para ali vender alguns produtos tradicionais não encontrou condições de sustentabilidade para continuar.

O repuxo desactivado já no outro fim de semana foi aberto e a partir deste mês de Março estará aberto todos os fins-de-semana e com isso também não se desperdiçarão recursos financeiros porque até Abril/Maio estará aos fins-de-semana e depois estará todos os dias.

Em relação à resposta das reuniões das sedes da junta de freguesia, ainda não foi feita nenhuma com toda a clareza e penso, não tenho bem a certeza, só uma é que respondeu a dizer que podia ser feita lá nessa sede dessa junta de freguesia.

Quanto à outra pergunta que é coincidente com a que fez a deputada Marisa Aranda do Flor de Sal, eu quero dizer-lhes com toda a frontalidade e com toda a franqueza que, disse bem, um edifício do Município, considero que é uma mais valia para a cidade de Mirandela e não para o Município mas para toda a cidade e para todo o concelho. Conheço muitas fileiras específicas de gente que vem a Mirandela gastronomicamente para procurar este restaurante também e em termos políticos respeito qualquer juízo de valor que tenham sobre esta matéria específica que levantaram.

Em termos técnicos, a acta da última reunião de Câmara é tão específica e tão tecnicamente fundamentada que encontrarão lá resposta técnica para aquilo que aqui perguntaram porque estão perfeitamente resumidos os pareceres jurídicos e os pareceres técnicos. Depois disso, o juízo de valor fazem o que entenderem.

Em relação às outras questões que eu disse que têm a ver com as três reformas principais, eu começo pela da educação, respondendo às perguntas que me foram feitas.

Como é que está - que era a grande pergunta - actualmente a reorganização da rede escolar?

Eu sobre essa sei responder: está com dois agrupamentos verticais, uma escola secundária, algumas escolas profissionais, quer de agricultura, quer de artes, em Mirandela também e, portanto, a funcionar normalmente.

Perguntar-me-ão mas como é que vai ficar? A essa só posso dar uma opinião porque quem sabe como é que vai ficar é a Direcção Regional de Educação do Norte que infelizmente ainda não teve nenhuma reunião com esta Câmara Municipal. Penso que teve com os senhores directores dos agrupamentos (penso eu, não sei, é o que ouço), mas com a Câmara ainda não teve.

Posso dizer-vos é como foi no passado, qual foi a proposta que foi apresentada em 2010, isto é, para o ano lectivo de 2010/2011 e daí pressupor que pode ser a mesma para 2011/ 2012.

E o que foi proposto ou que foi discutido com a Câmara Municipal para o ano lectivo de 2010 foi que se fizesse um mega-agrupamento único no concelho de Mirandela.

A Câmara foi frontalmente contra essa constituição dum mega-agrupamento em Mirandela, e na sequência dessa oposição, a Direcção Regional de Educação do Norte e o Ministério da Educação resolveram não avançar com a reestruturação no concelho de Mirandela para não encontrarem resistências a essa proposta que eles tinham.

Não sei se vai ser a mesma em 2011, pressuponho que deve ser a mesma proposta pela Direcção Regional de Educação do Norte, que haja um único agrupamento em Mirandela.

O que eu respondi na altura é o que vou responder agora. A posição do Presidente da Câmara tomada sobre esta matéria é perfeitamente clara e objectiva: dois agrupamentos em Mirandela, um sedeadado na Torre D. Chama, outro em Mirandela. Nem eu defenderia o meu concelho se não defendesse isto para haver harmonização entre os dois pólos de ensino existentes no concelho. Porquê? Porque a questão do concelho da Torre D. Chama não se resolve só com a escola pública, ao contrário do que possam imaginar e ao contrário do discurso que pode ser feito politicamente correcto, é que nos sítios onde a escola pública pode ter capacidade para ficar com os alunos da escola privada esse problema fica resolvido.

Então Torre D. Chama terá uma escola pública que tem poucos alunos, terá capacidade para ficar com todos os que estão no ensino privado e está o problema resolvido para que existe a escola privada e fecha-se. Eu acho que isto é um raciocínio completamente enviesado e falso, porquê? Porque essa escola privada só tem o número de alunos que tem porque mais de 50% deles vai buscá-los a concelhos adjacentes à localização da Torre D. Chama, que são Vinhais, Valpaços e Macedo de Cavaleiros.

E se ficar a escola pública não existe esta atracção para a escola porque os alunos desses concelhos vão para a sede do respectivo concelho que é para onde lhe pagam os transportes escolares e para onde lhe pagam as deslocações e automaticamente fica reduzido, mesmo que criassem os segundo e terceiro ciclos na escola pública existente, ela ficava reduzida a metade, porque metade dos alunos já iam para os seus respectivos concelhos.

Isto quer dizer que a prazo e esta metade são cerca de 200 alunos na sua totalidade, não justificaria um agrupamento vertical em Torre D. Chama e este deve ser o argumento do Ministério da Educação para dizer que só deva haver um agrupamento e não deve haver dois agrupamentos. Eu acho que é uma perda enorme para a Torre se a escola fechar com contrato de associação até pelo desempenho que já fez em termos de serviço público estes anos todos. Ninguém se lembra que durante estes 20 ou 30 anos para trás, gostamos do público ou gostamos do privado, não é uma questão ideológica, aquele colégio desempenhou funções públicas porque havia muita gente que não se podia deslocar para ter ensino em Mirandela, ou em Macedo, ou em Vinhais, devido à distância que ficam as aldeias à volta da Torre desses locais e que o colégio privado ajudou a resolver, por isso é que teve contrato de associação durante estes anos todos.

Continuarei a defender a existência desse colégio com a especificidade no concelho de Mirandela e continuarei a defender que haja dois agrupamentos no concelho de Mirandela, em termos escolares. Não sei qual vai ser a solução, porque agora a legislação – se a lerem – inventou um argumento novo, não é preciso ouvir as autarquias, desde que seja uma das escolas a pedir esse agrupamento, até aqui era sempre preciso ouvir as autarquias locais, agora a DREN só ouve as autarquias locais se não puser uma das escolas a fazer a proposta. Se puser uma das escolas a fazer a proposta de fusão, já não precisa de ouvir as autarquias locais, está explícito em termos do regulamento existente.

Isto é para vos dar o ponto da situação sobre a reorganização da rede escolar e aquilo que eu sei em termos de informação.

Em relação à Esproarte, neste aspecto específico, até porque foi uma pergunta específica, dizer-lhe que a Esproarte é financiada com os fundos comunitários no POPH que apresentou uma candidatura e que devido à especificidade do ensino artístico que foi negociada durante dois meses, os dirigentes do ensino artístico conseguiram sensibilizar o Ministério da Educação para ter um regulamento excepcional, isto é, uma excepção ao regulamento de apoio às Escolas Profissionais.

Porquê essa excepção? Porque o ensino da arte e das escolas de música em particular tem custos muito superiores às outras escolas profissionais devido à especificidade, quer das turmas, quer dos alunos, quer dos treinos, quase um a um do número de professores. Tem um custo muito mais elevado do que tem qualquer escola normal, cuja

média seja feita por turma e número de professores. Aqui não, os professores representam quase 1/3 do número de alunos, tem um custo muito elevado.

E durante esses dois meses foi preciso negociar muito fortemente com o Ministério da Educação para que fosse criada uma excepção para estas escolas.

Conseguiu-se essa excepção e daí o atraso na aprovação das candidaturas ao POPH.

Felizmente já foi desbloqueada essa situação, a própria escola já recebeu a notificação para assinar o contrato até ao fim deste mês, está aprovado o valor de 1.800.000,00 Euros e, portanto, têm garantidos os próximos três anos, em termos de funcionamento.

Até aqui houve atrasos, que os senhores Professores foram informados e que esta escola tem especificidade própria. A partir do final deste mês penso que esses problemas estão resolvidos e estão resolvidos para três anos, com a aprovação desta excepção, pelo Ministério da Educação.

Em relação à outra questão, reorganização da saúde.

Eu queria responder-vos muito directamente, principalmente à Sr.ª deputada do Partido Socialista, Vera Preto, lembrando algumas declarações anteriores, que de facto eu continuo apreensivo em relação à Unidade Local de Saúde. E continuo tão apreensivo baseado em três ou quatro critérios que são muito simples.

O primeiro é que há concentração e Mirandela tem uma má experiência da concentração. Se a concentração do Centro Hospitalar deu o que deu para o hospital de Mirandela, imaginem agora, aplicada pelos mesmos a mesma concentração, agora também com os Serviços de Saúde.

Isto é, as vantagens que nós vimos e que existem no modelo teórico da Unidade Local de Saúde, vão ter os mesmos protagonistas à frente para aplicar no terreno, que aplicaram no Centro Hospitalar, disso eu tenho a certeza absoluta, com a diferença apenas de uma coisa, que é:

Passam a ser cinco membros do Conselho de Administração, (que eu saiba) dois deles ou três, pelo que eu sei e vocês vão ter a prova daqui a quinze dias, são os mesmos que estão à frente do Centro Hospitalar de Bragança e apenas muda um médico que tem que entrar dos cuidados primários de saúde.

Que garantia me dá esta gente que tem no Conselho de Administração, que fez a concentração que fez, com o consequente esvaziamento completo do hospital de Mirandela e Torre D. Chama, não vá acontecer o mesmo no aspecto da Unidade Local de Saúde.

Mas ainda vejo outra desvantagem que para mim é fortíssima e que me informei recentemente que está a acontecer agora na unidade que era exemplo, de Matosinhos e que é esta. Os recursos financeiros que são alocados à Unidade Local de Saúde, vão servir para que em conjunto tenham sustentabilidade económica entre os hospitais e o que havia no ACERS para os Centros de Saúde. E o objectivo é reduzir significativamente esses recursos financeiros na sua soma das duas instituições que havia para concentrar e poupar só numa. Isso é bom, é óptimo e numa época de crise ainda é melhor.

Agora falta-me saber se a especificidade do distrito de Bragança com a dispersão que tem, com a situação de transportes que é necessária, com os cuidados que é preciso fazer quase pontualmente e individualmente, esse dinheiro será suficiente para manter um serviço de saúde de qualidade e um serviço de saúde próximo das populações.

Tenho esse receio e penso que é perfeitamente legítimo e queria-o ver perfeitamente clarificado.

Outra questão que me interroga e me mete alguma confusão é que com esta concentração pode haver dispensa de pessoal, não o pessoal dos quadros das respectivas instituições, mas o pessoal que está contratado nos diversos serviços, nomeadamente nos ACERS, porque ao fazer esta concentração, ninguém tenha dúvidas que o objectivo final é rentabilizar recursos humanos.

E isto pode efectivamente levar a algum despedimento ou a algum termo dos contratos existentes nalguns dos profissionais envolvidos.

Por tudo isto, continuo com algumas discordâncias dizendo sempre aquilo que disse que é que não vejo que este seja um modelo, por isto tudo, de sucesso, em termos do distrito de Bragança, pelo que é apontado principalmente para a Direcção dessa Unidade Local de Saúde.

Quanto à questão da reforma das autarquias, duas notas prévias, até pela questão que levantou o senhor Jorge Pereira.

Eu não posso misturar funções. Teria muito gosto de aqui nesta Assembleia falar como Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Bragança sobre este tema mas dir-me-iam logo que estava a confundir as funções de Presidente com as funções de Presidente da Câmara e, portanto, terei que fugir a essa questão.

Mas posso dizer-lhe uma coisa. Achei interessante esse exemplo com a Câmara da Covilhã e com a Câmara de Lisboa em que por elas próprias levaram a cabo a reestruturação das suas juntas de freguesia, que isso é que o Governo do Partido Socialista quer, é não perder votos, não perder a cara e colocar os presidentes de junta e os presidentes de câmara a fazerem a reforma no seu concelho.

De facto é uma habilidade notável e eu desafiava o Jorge Pereira e o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal a proporem uma comissão e fazerem eles esse trabalho. Eu respeitarei e ao mesmo tempo apoiarei essa decisão mas acho que o Partido Socialista deve unir-se e fazer esse trabalho, já o fez em Lisboa, pode ser que aqui também tenha sucesso.

Agora, meus amigos, não peçam ao Presidente da Câmara e determinadamente vos digo que numa reforma que o Governo quer implementar e que é necessária ao País meta nisso os directamente envolvidos. Dividir para reinar já nós estamos fartos desta filosofia do Governo há muito tempo.

Que façam e digam quais são os princípios, que digam quais são as modalidades e então vamos fazer essa reforma não ponham é os autarcas uns contra os outros.

Em Lisboa é fácil chegar à conclusão que é preciso passar de 50 para vinte e tal porque estão todos juntos mas aqui é extremadamente difícil e eu acho que quem tem essa missão e acha que devemos andar depressa nessa matéria, deve antecipar-se, fazer uma comissão, porque o pode fazer no próprio partido político e avançarmos com esta situação rapidamente, eu só baterei palmas a essa decisão, se ela for tomada pelo Partido Socialista.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-20-

Existe um anteprojecto na Associação Nacional de Municípios que se começa a discutir e que tem dois princípios básicos e os únicos dois princípios que estão consagrados e que levam a que haja uma razia por completo nos nossos concelhos e nos nossos distritos se esta legislação os se estes princípios forem aplicados. As juntas de freguesia têm como critério base de reestruturação ou de concentração ter menos de 1.000 eleitores e as câmaras menos de 10.000 eleitores. Para muitos são precisos 50.000 eleitores para uma autarquia ser sustentável.

Estes são os três princípios que se discutem teoricamente nos meios ligados ao poder local e que têm em, vista um sonho final numa reestruturação municipal.

Nesta altura são só princípios eu peço que reflectam neles e o que isso daria à realidade dos concelhos do interior do país e à realidade das juntas de freguesia do interior do país, pensem nisso a sério e depois faça-se com conhecimento essa reflexão para quando ela for oportuna e para quando ela for determinada.

Se o Governo quer reformas estruturais, deve dizer quais são os princípios, quais são as bases, para nós discutirmos e não deve pôr os autarcas ou os presidentes de Junta uns contra os outros, a fazerem eles próprios essa reforma, isto sobre as autarquias locais.

E penso, senhor Presidente que sobre estas três questões, eu peço desculpa pela desilusão, mas não sei mais do que isto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado, foi muito útil.

4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, Ponto 1, inscrições para a informação do Sr. Presidente.

Temos duas inscrições apenas, a primeira do deputado Carlos Fraga e a seguir está inscrito o deputado Faustino, mais alguma inscrição? Deputada Odete Ferreira, foi a primeira? A Mesa tem o maior prazer em conceder-lhe a palavra, se o Sr. deputado Carlos Fraga, que é um homem gentil, não se importar.

Faz favor.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Novamente, bom-dia senhor Presidente e senhores deputados, fixei e é o mínimo que está no Regulamento.

Só um reparo: já houve aqui tantas intervenções que eu acho que se calhar não terei começado por Presidente e nunca me chamou a atenção, poderia tê-lo feito e eu não teria cometido este gravíssimo lapso hoje.

Sobre a Informação do senhor Presidente, tenho pena porque já fechei o documento no computador e não o tenho aqui à minha frente mas há um aspecto que me chamou a atenção.

No âmbito de uma candidatura a Câmara Municipal vai instalar quadros interactivos em algumas escolas, diz exactamente quais, mas como não tenho o documento aqui à frente...

Eu em princípio não sou nada contra. É evidente e falo com uma certa propriedade porque recentemente fiz uma formação no âmbito da utilização dos quadros interactivos, toda a gente sabe qual é a empresa que está mais à frente e que vende mais quadros interactivos que é a "Promethean", é um programa que se chama Activinspire, há muitos informáticos que nem sequer sabem trabalhar com ele e direi, Sr. Presidente, que é muito difícil trabalhar com os quadros interactivos, exige muita formação, muito tempo ao professor e não só, os alunos também têm que ter formação para os saber utilizar, porque senão o quadro interactivo passa apenas a ser um mero quadro de projecção de PPT's, os chamados PowerPoints ou coisa parecida.

Apesar de eu ser de letras e naturalmente ter uma natural dificuldade em trabalhar com quadros interactivos, provavelmente os colegas das áreas das ciências e das matemáticas terão mais apetência para isso. Eu tive que recorrer a um colega de informática para me ajudar a fazer 4 ou 5 flickcharts e que demoram um tempo enorme a ser feitos ao professor. Claro que depois de estarem feitos pode-se dar imensas valências, imensas acções que é assim que se chama, é a palavra técnica e o aluno aí sim, haverá interactividade.

Eu posso referenciar mas isto não é crítica nenhuma na questão da minha escola.

A minha escola tem imensas salas com quadros interactivos com computadores e eu direi que provavelmente nem três professores conseguem utilizar como deve ser os quadros interactivos.

Conheço um que realmente utiliza e que domina. Por isso atenção, é bom que esteja mas depois não sei se há disponibilidade para os colegas poderem utilizá-lo porque é extremamente dispendioso em termos de tempo e de saber falar com esta ferramenta.

Não sei se em próximas candidaturas, talvez a educação ouça os professores e os responsáveis e vejam até que ponto é um investimento que vale a pena. Inclusivamente, há já quem defenda que os quadros interactivos neste momento já estão ultrapassados por outras tecnologias, mas eu não sei quais e portanto dispense-me disto. Foi apenas uma achega, é uma realidade, fiz recentemente a formação, houve muita gente que a fez, foi apenas dois sábados que não deu quase rigorosamente para nada. E eu como não tenho tempo para fazer esses flickcharts, o quadro interactivo vai lá ficar bonito na sala e o computador, etc...não sei, é apenas aquilo que eu penso que pode ser motivo ou não de reflexão, apenas isso. Obrigada.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente e senhores Deputados Municipais, são apenas três pequenas notas sobre a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal.

A primeira nota é sobre o Portal do Município, para informar que no dia 21 tentei consultar a acta da reunião do executivo do dia 14 e tal ainda não está disponível, vimos para aqui e não podemos ter conhecimento, agora não é mandada para casa, portanto, não se sabe.

A segunda nota: o Executivo deliberou efectuar o pagamento dos subsídios mensais a colectividades pelos valores de 2010, é o que está lá escrito. Já foram reavaliados à luz do regulamento aqui aprovado? E a redução dos 10%? Também não há informação.

A terceira nota é sobre as obras realizadas no restaurante Flor de Sal, estão lá mencionadas, eu perguntava se são as obras referidas na reunião do executivo do dia 31 de Janeiro do corrente ano. Não quero pronunciar-me sobre essa fotografia, mas obras realizadas em 2007, nunca fiscalizadas, nem as rendas exigidas, só as facturas agora apresentadas à Câmara para pagamento que totalizavam 460.000,00 Euros, pelo que os serviços tiveram que excluir alguns valores, fixando em 306.000,00 Euros, mais ou menos, há qualquer coisa que não entendo. Muito obrigado.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, senhores deputados, muito bom-dia novamente.

Em relação à Informação escrita do senhor Presidente, queria aqui abordar, no ponto n.º 7, das eleições recentes para a Presidência da República.

Senhor Presidente, há aqui uma informação naturalmente correcta mas esta correcção traz-me a mim e penso trará a toda a gente, uma preocupação bastante grande, ou seja que em Mirandela houve 58,5% de abstenção, apenas votaram 10.428 eleitores.

E isto leva-me a pensar, - não sou político, faço parte duma bancada dum partido político, como deputado independente, já agora fica registado porque parece que há muita gente que tem curiosidade, mas nessa bancada há um sentido plural e as minhas intervenções são sempre feitas com o meu raciocínio, com o meu pensamento e com esse à vontade e com esse sentido plural - esta forte abstenção registada no nosso concelho, é por aqui que falo, leva-me a concluir que prevaleceu a vitória da abstenção, nesta última eleição que se realizou para a Presidência da República. E leva-me a reflectir o que é que está mal, para aparecerem estes números. A política não serve ou não tem servido os cidadãos, ou a política afasta-se dos cidadãos, é isso que me preocupa.

É caso para dizer, é preciso mais seriedade na política e se me permitem, queria aqui exemplificar alguém que foi Presidente da República, um jovem açoriano, que lhe chamaram bondoso, pacífico, autuista e uma palavra muito importante, honesto. Foi um menino que nasceu num berço de ouro, mas alguém que trabalhou arduamente para tirar um curso e conquistou-o, formou-se em direito.

Foi advogado, foi professor, escritor, político e deputado, foi também vereador da Câmara Municipal de Lisboa, foi Reitor da Universidade de Coimbra e foi Procurador-geral da República.

Passou meio século da sua vida a defender uma sociedade mais humana, mais justa, mais fraterna e aos 71 anos de idade foi eleito Presidente da República.

Disse na tomada de posse - a memória do nosso povo não pode ser curta e deixa-nos estes legados - passo a citar, "*Estou aqui para servir o País, seria incapaz de alguma vez me servir dele*", uma boa recomendação para os políticos do nosso tempo e para os vindouros, naturalmente.

Recusou viver no Palácio de Belém, tendo escolhido uma casa muito modesta, ali junto ao pátio das damas como é conhecido e inclusive pagou do seu próprio bolso a renda da residência oficial e todo o mobiliário que dela fazia parte.

Prescindiu das ajudas de custo, prescindiu de dinheiro que era necessário para transportes, não tinha secretário, chamou o filho para fazer essa tarefa, não quis certas mordomias nem certos protocolos e nem sequer necessitou de conselho de estado, foi aconselhado a comprar um automóvel para as suas deslocações mas ele próprio fez questão de o pagar também do seu próprio bolso.

Esse Senhor, senhor Presidente e senhores deputados, era, digo bem alto para que toda a gente possa ouvir, era Manuel de Arriaga e foi o primeiro Presidente da República Portuguesa (salvo o erro até 1915).

Infelizmente, vítima de uma política cruel e sinistra, saiu da Presidência sem honra nem glória, coisa que naturalmente as pessoas honestas não merecem. E termino desta forma.

Para este senhor "Manuel de Arriaga" e para os senhores políticos que nos têm governado há muitas décadas, continuam a governar e irão governar e comparando-se com este Senhor, terão que nascer três vezes ou trinta vezes. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

Não temos mais nenhuma inscrição. Julgo que a câmara acolheu muito bem esta nota biográfica do primeiro Presidente da República, mas a Mesa que tem que respeitar o Regimento, não deixa de fazer notar que esteve um pouco fora do seu tempo, dentro do programa desta Assembleia.

Nós temos aqui umas moções, sobre esta questão, o senhor Presidente da Câmara quer dizer alguma coisa sobre estas três intervenções?

Presidente da Câmara Municipal:

É para responder a duas delas principalmente.

Começando pelo Carlos Fraga, a essa não posso responder, porque para ser analista político tinham que me pagar e aqui não dá para fazer isso.

Em relação às questões da Odete Ferreira, é dizer-lhe que os quadros já foram instalados e, por isso, não são para ser instalados. Foi um concurso da Associação Nacional de Municípios num programa comunitário e para lhe dizer que, apesar das reticências, temos que ir sempre em relação à inovação, não pode ser a desculpa do trabalho dos

professores ou da falta de formação dos professores que nos pode impedir de avançar sempre. Todas as escolas que tinham mais de cinco turmas, passam a ter quadro electrónico.

Ao deputado Faustino, dizer-lhe que quanto ao portal do município não ter a acta, ela só está disponível 15 dias após a reunião porque é aprovada na reunião seguinte, portanto, só depois dessa data é que ela pode ir para o portal.

Em relação à questão das colectividades, é só para lhe explicar uma coisa que às vezes as pessoas não sabem como é a orgânica. Os 10% já estão a ser descontados desde Julho do ano passado, quando foi aprovado o plano de despesa. Antes do Governo decidir, nós decidimos poupar 10% a partir dessa altura, já estão incluídos nestes subsídios atribuídos.

Os mensais só são atribuídos em Janeiro porque as colectividades não podem ficar à espera da decisão da Câmara para reavaliação de cada subsídio porque precisam do orçamento mês a mês e a forma que temos é, antes da reavaliação do ano de 2011, atribuir-lhe o mesmo subsídio de 2010 até à aprovação dos respectivos subsídios, é isso que quer dizer, rigorosamente mais nada.

Em relação às obras referidas, são de facto as obras referidas em acta, as do Flor de Sal, são as obras referidas na tal acta e eu digo-lhe que independentemente do seu esclarecimento ou não, primeiro leia a acta com cuidado que fica esclarecido. Depois, se concorda ou discorda, isso é outra questão, estamos à vontade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado senhor Presidente.

Queria informar a Câmara que nós temos aqui duas moções que foram já lidas, uma recorde, trata das Scut's e outra trata da questão do Vale do Tua e da Linha Ferroviária.

Vou informar a Câmara do que a Mesa entende ser o melhor. É que uma destas moções vai colidir com um dos pontos que está agendado, que é a adesão ou não adesão à Agência sobre o Desenvolvimento do Vale do Tua que é o ponto 4.3.

Eu recorde, uma delas diz respeito às Scut's e a outra diz respeito ao desmantelamento da Linha do Tua e portanto devem ser debatidas ou votadas agora.

Não sei se algum dos Srs. membros quer tomar a palavra antes da votação.

Deputado Humberto Dinis, faz favor.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

As duas moções têm que ser postas a votação.

Presidente da Assembleia Municipal:

E a Mesa entendeu, repito, que devíamos colocá-las agora, exactamente, porque o conteúdo de uma e a sua votação diz respeito à Agência. Não tinha sentido votar a Agência e depois falar da moção, como se compreende.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente e senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, muito bom-dia.

Em relação às moções, vou começar pela Linha do Tua e depois à das portagens.

Na linha do Tua tenho a minha opinião e cada um votará conforme entender mas quero chamar a atenção da CDU do seguinte:

O Professor Cavaco Silva, quando foi Primeiro-ministro, pode ter feito alguma coisa para que a linha tivesse menos movimento mas não a desactivou. É preciso ver bem as coisas. No Governo dele foi feita a IP4, sem portagens, deu uma alternativa.

Quem matou a Linha do Tua foi o actual Governo com a construção da barragem, fez o show-off, mas foi o Eng.º Sócrates que matou a Linha do Tua. Não vamos querer ligar o PSD à morte da Linha do Tua.

Eu desse show off só fiquei descansado de uma coisa: é que ele colocou a primeira pedra numa quinta, o que me tranquiliza que pelo menos a barragem não vai cair, porque essa pedra está de fora, porque do Eng.º Sócrates a gente espera tudo.

Portanto, vamos distinguir bem as coisas. O PSD não tem nada a ver com o encerramento da Linha do Tua. Quem matou a Linha do Tua foi o Governo do PS, foi o Eng.º Sócrates.

Quanto às portagens, fui, sou e serei e muitos companheiros meus são, pela política do utilizador-pagador. Nós devemos realmente pagar aquilo que utilizamos, não desta forma, porque isto é uma trapalhada tal que não tem razão de existir.

E não tem razão de existir pelo seguinte:

Começou com o Eng.º Gueterres, fez as Scut's, disse que era para o desenvolvimento das regiões e não seriam pagas. Mal nós sabíamos que elas passariam a ser pagas passados oito anos. Fez a obra com o dinheiro dos outros e só iam ser pagas passados oito anos, que é a mesma tática que o Eng.º Sócrates está a utilizar. Pede emprestado agora para pagarmos daqui a dez anos, ele não está lá. Um saiu e foi para a ONU, este também vai sair e com certeza vai para um lugarzinho, ou da ONU, ou da CEE, talvez como representante ou comissário da propaganda porque para isso ele tem jeito.

Quanto às Scut's, ainda quero dizer mais alguma coisa, é uma vigarice pegada. Só quem tenha o cuidado de verificar nas Scut's, quem vai lá em baixo, é o seguinte: eles dividiram aquilo em troços e às vezes pagamos o troço inteiro quando utilizo os 100 metros.

Eu, na Maia e dou-lhe um exemplo, quero ir ao Jumbo, apanho 100 metros, pago o troço todo. Isto é uma vigarice autêntica, é uma trapalhada autêntica.

O Eng.º Sócrates queria beneficiar alguns e queria prejudicar outros mas não havia uma política de todo o português pagar. O PSD impôs-lhe que todos pagassem e é por isso que nós nesta moção das portagens concordamos

com o princípio do utilizador pagador mas não concordamos com o princípio que este Governo impôs e com esta trapalhada que ele fez, pelo que nós, vamo-nos abster nesta posição.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Contrariamente à posição oficial da minha bancada, eu vou votar a favor desta moção das portagens, porquê? Exactamente porque me sinto insultado pelo Eng.º Sócrates, é o que ele sabe fazer no dia-a-dia e como é que os Transmontanos não se sentem insultados.

Atenção, eu também sou defensor do princípio do utilizador-pagador, isso que fique claro. Há oito anos andava o PSD a dizer que as Scut's deviam ser pagas e os socialistas a dizer que não seriam pagas e nunca seriam pagas. Passaram oito anos e não foram pagas pelo utilizador pagador, passam oito anos, fazem a auto-estrada da justiça, maior injustiça que esta, quando ela acabar de estar feita, já estamos nós a pagar. Então sendo de justiça, teríamos que estar dez anos sem pagar para ficarmos com justiça feita em relação a outras Scut's que foram feitas e que também não foram pagas e passados dez anos começaríamos a pagar, só assim é que seria a auto-estrada da justiça. Agora a auto-estrada da justiça que é feita este ano e no próximo ano começamos logo a pagar, não concordo de maneira nenhuma e por isso eu vou votar a favor desta moção contra as portagens nas Scut's.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS)

Obrigado senhor Presidente.

Eu não queria prolongar esta discussão sobre as Scut's e sobre a questão da Linha do Tua até porque são assuntos que já foram debatidos. O que eu pedia era a gentileza da Mesa ler o conteúdo das moções que nos são apresentadas, porque como deve calcular, o sentido de voto poderá ser num sentido ou noutro dependendo exactamente desse texto. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Secretário, Rui Magalhães, as moções são sempre lidas pelo seu signatário, embora a Mesa tenha a preocupação de as repetir ou pelo menos lembrar os extractos mais importantes, um ou outro parágrafo.

Deputado Municipal, Rui Magalhães:

Se me permitem, senhores Presidentes, senhores Deputados.

Eu não era para intervir nesta matéria mas de qualquer maneira queria também dar a minha opinião relativamente àquela que já foi apelidada aqui há uns tempos, como disse e muito bem o Paulo Pontes, como auto-estrada da justiça.

E seria da justiça porquê? Porque o distrito de Bragança foi e ainda continua a ser, porque a obra não está concluída, o único distrito do país sem um quilómetro de auto-estrada. Eu penso que os Transmontanos, no mínimo, mereciam que durante dois ou três anos não houvesse portagens na futura A4. Parece que não vai ser assim.

Queria também partilhar convosco a minha insatisfação, embora a situação não tenha ocorrido comigo, mas traduz muito aquilo que é a política do actual Governo relativamente às Scut's.

A minha mulher recentemente foi ao Porto e teve algum tempo e resolveu ir ao Outlet de Vila do Conde, que alguns conhecerão.

Ela não tem a via verde activa e ontem recebeu uma cartinha da Via Verde – ela normalmente pagaria por cada um dos percursos 0,95 Euros, que daria no máximo 1,90 Euros - e vai pagar 6,30 Euros porque aí também estão incluídos custos administrativos. É impressionante os custos administrativos serem superiores ao valor da portagem. Não sei que relação de proporcionalidade o Governo estabelece com isto mas é uma profunda injustiça.

Mais: eu para resolver o problema, porque não quero reclamar, resolvi ir pagar pelo Multibanco. Era muito mais fácil mas não consegui. Introduzi os dados correctos e aparecia-me lá que os dados estavam incorrectos. Telefonei para a Via Verde a fim de perguntar qual era o problema. Disseram-me que o Multibanco, neste momento, em relação ao pagamento das portagens, não está activo e que haverá um problema técnico e que daqui a uma semana, provavelmente, estará resolvida a questão. Terei que ir aos CTT pagar, não terei outro remédio, mas é só para partilhar convosco esta política injusta que está a ser praticada em relação às portagens.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara e antes de fazer uma leitura ainda que sintética das duas moções para habilitar os senhores deputados a votar conforme é devido, em consciência e com critério de justiça, permitam-me que eu recorde a todos o percurso de debate sobre o assunto do Vale do Tua e classifico assim de Vale do Tua sem introduzir a sua linha ferroviária e a própria barragem.

Julgo que todos nos devemos congratular, pelo menos aqueles que não tendo bem agarrado a si aqueles bairrismos ou regionalismos que não levam a lado nenhum, que este Concelho, através dos seus representantes e através da sua população, debateu dum modo aceso e de um modo muito consciente e muitas vezes não sereno, a questão do Vale do Tua.

Restam-me muitas dúvidas se de facto a decisão do Governo será uma decisão justa e uma decisão que vá trazer grande benefício, não digo a longo prazo, mas a médio prazo.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado senhor Presidente, já que a moção é discutida antes do ponto 4.3, eu tenho que intervir e peço à Assembleia que entenda esta intervenção da seguinte forma:

Eu digo com toda a sinceridade que se a moção fosse neste momento pronunciar-nos aqui contra a extinção da Linha do Tua ou contra a construção da barragem, votaria a discussão ou a aprovação da constituição da agência e isto

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-24-

meus amigos é prejudicar, quer o concelho de Mirandela, neste caso específico, quer de outros, porque a realidade é esta.

Queira-se ou não se queira, vote-se a favor ou contra, a barragem está adjudicada e compete ao Presidente da Câmara, não como cidadão, mas como Presidente da Câmara, defender as alternativas que possam existir daí para os seus Municípios e ao votar esta moção e não aprovar esta agência, estava a abdicar de uma forma de ter as contrapartidas que possam existir para o Município de Mirandela.

Não está em causa a Linha do Tua porque lutei e continuarei a ter a convicção de que era o melhor para a região, outros pensarão o contrário. Agora, depois dela não ficar na sua totalidade a funcionar, tenho que defender para o meu município a mobilidade entre o Tua e Mirandela, onde houver comboio, com comboio, onde não houver outra maneira e o Fundo de Desenvolvimento Regional que possa advir daí para as populações. Por isso, esta moção desta forma nunca poderia ser votada favoravelmente por mim.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Terminada a discussão, permitam-me então referir outra vez o conteúdo das moções:

A primeira moção intitula-se “Contra as Portagens nas Scut’s”

Para além dos vários considerandos que aqui estão e penso que o deputado já o referiu aqui, diz:

Manifestar o seu protesto contra a introdução de portagens nas A24, A25 e A4.

Relativamente à 2.ª moção, contra o encerramento definitivo da mobilidade ferroviária do Distrito de Bragança de forma sustentável, centralizada e integrada na ferrovia nacional, a CDU propõe o seguinte:

1-Repudiar este projecto tal qual nos é apresentado e imposto.

2-Manifestar o descontentamento por nunca termos sido ouvidos nesta matéria, na tentativa de encontrar alternativas viáveis com impacto positivo.

3-Desafiar os deputados desta Assembleia a não aprovarem os estatutos e a adesão à Agência Regional do Vale do Tua S.A. , por tudo o que representa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar a primeira que diz respeito às Scut’s.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

A votação foi a seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 55

Votos a favor, 7

Aprovada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 62 membros dos 75 que a compõem deliberou, por maioria, com 7 votos a favor e 55 abstenções, aprovar a moção apresentada pela CDU, contra as portagens nas Scut’s.

Presidente da Assembleia Municipal:

A segunda moção é a do Vale do Tua.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

A votação foi a seguinte:

Votos Contra, 50

Abstenções, 5

A favor, 1

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 56 membros dos 75 que a compõem deliberou, por maioria, com 50 votos contra, 1 voto a favor e 5 abstenções, não aprovar a moção apresentada pela CDU, contra encerramento definitivo da mobilidade ferroviária do distrito de Bragança, de forma sustentável, centralizada e integrada na ferrovia nacional.

PONTO 4.2 - ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DAS CIDADES DE TRÁS-OS-MONTES ECOCITRAS.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14 de Fevereiro de 2011, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos conjugados da al. a) do n.º 6 do art. 64º e al. m) do n.º 2 do art. 53º, ambos da Lei n.º 169/99 de 19 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos propostos:

- 1 – Aprovar a adesão do Município de Mirandela à Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS;**

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-25-

- 2 – **Aprovar os Estatutos acima transcritos da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS;**
- 3 – **Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para aprovação dos respectivos estatutos e outorgar o correspondente contrato de adesão.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.2, Adesão à Associação das Cidades de Trás-os-Montes e a Mesa perguntava aos Srs. deputados, quem se inscreve para intervir.

Aqui à frente, ninguém, ao centro, além...

A Câmara não tem nenhuma intervenção?

Então Sr. Presidente da Câmara quer dar alguma informação acrescida a este ponto 4.2? Também não.

Então passamos directamente à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade:

- 1 – **Aprovar a adesão do Município de Mirandela à Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS;**
- 2 – **Aprovar os Estatutos acima transcritos da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS;**
- 3 – **Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para aprovação dos respectivos estatutos e outorgar o correspondente contrato de adesão.”**

PONTO 4.3 - ADESÃO À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO TUA, S.A. – APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14 de Fevereiro de 2011, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos conjugados da al. a) do n.º 6 do art. 64º e al. m) do n.º 2 do art. 53º, ambos da Lei n.º 169/99 de 19 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos propostos:

- 1 – **Aprovar a adesão do Município de Mirandela à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A.;**
- 2 - **Aprovar a proposta de Estatutos acima transcritos;**
- 3 – **O Município participará na Sociedade Anónima (com o capital social que vier a ser fixado e nos órgãos sócias), prosseguindo fins de reconhecido interesse público local e que se contém nas atribuições da autarquia;**
- 4 – **Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para a aprovação dos respectivos estatutos e outorga do correspondente contrato de adesão.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.3, é a Adesão à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.

Sobre essa matéria, eu queria informar a Câmara que a Mesa recebeu um ofício do Grupo Parlamentar dos Verdes que está à disposição mas do qual eu destacava o seguinte:

Escreve à Assembleia dizendo para o facto de caso a barragem do Tua venha a ser construída, os seus impactos poderão impedir a navegabilidade do Douro, de acordo com os pareceres emitidos pelo instituto que rege esta área da navegabilidade.

É uma informação devida uma vez que vamos votar.

E sobre esta questão da Agência, também queria informar a Assembleia de que já passou no Executivo, há um ofício que foi dirigido ao Executivo e que foi votado com os senhores Vereadores sobre esta questão de adesão à Agência do Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A., cujos estatutos foram também divulgados.

A Mesa pergunta aos senhores deputados se há alguém que queira intervir sobre esta matéria.

Deputado Rui Magalhães, aproveitando o privilégio de estar aqui mais perto

Faz favor, tem a palavra.

Deputado Municipal Rui Magalhães:

Exm.º s senhores presidentes e senhores Deputados. A minha intervenção intitula-se “**A Pedra da Indiferença e da Injustiça**”. No dia 18 de Fevereiro o Governo colocou a 1ª pedra do primeiro empreendimento hidroeléctrico do Plano Nacional de Barragens numa quinta sobranceira ao Rio Douro numa cerimónia envergonhada e acanhada, embora amplamente noticiada nos meios de comunicação social. Perante a satisfação do primeiro-ministro, do administrador da EDP e de outros e a iminência da tão desejada utilização de cimento, a colocação da pedra fria e dura simboliza muito mais do que o mero investimento de 305 milhões de euros para servir uma população entre 150 a 200 mil habitantes. Simboliza a falta de respeito por uma região e pelos seus valores paisagísticos, naturais, ecológicos, históricos e culturais.

É uma machadada cruel na recuperação de uma Linha com mais de 120 anos de história, única no mundo, tida como a 3ª mais bela linha estreita do mundo em que o belo se harmoniza com o horrível! A barragem vai destruir obras de arte, imagens ímpares, flora e fauna, sonhos e projectos e um potencial turístico que nunca foi devidamente valorizado e explorado. Não sei se hei-de chamar a tudo isto uma «Crónica de uma Morte Anunciada» ou uma «Crónica dos Bons Malandros».

Do ponto de vista dos impactos negativos, essa barragem tinha tudo para não passar do papel mas não resistiu aos grandes interesses económicos e também a uma certa resignação das populações locais tão bem ilustrada no documentário de Jorge Pelicano. Confesso que tenho até sérias dúvidas de que numa votação pública a manutenção da Linha do Tua vencesse a construção da Barragem de Foz Tua mas isso não me coibiu de ter dado o meu contributo, humilde, é verdade, para ajudar a defender esse grandioso património da Linha do Tua, individualmente ou como eleito local. Confesso também que sabia que era inevitável a construção da barragem de Foz Tua dada a força dos interesses em jogo. Aqui dificilmente David conseguiria vencer Golias!

No terreno as iniciativas foram activas e dinâmicas realizadas por tantos que lutaram e continuam a lutar pela Linha e pelo Vale do Tua e que merecem o nosso reconhecimento e a nossa admiração, independentemente das questões políticas, partidárias ou ideológicas.

Dos cinco presidentes das câmaras municipais afectadas, foi pública e notória a oposição apenas do Dr. José Silvano à construção da Barragem de Foz Tua. Assumiu com frontalidade e com coragem essa postura em vários momentos, apoiou movimentos de protesto, interpôs providências cautelares e motivou a realização de um referendo local sobre a manutenção da Linha do Tua, deliberada em reunião de câmara de 14 de Janeiro de 2009 e em sessão da Assembleia Municipal de 16 de Fevereiro de 2009. Muitos de vocês se recordarão disso.

Ele lutou até à exaustão e ninguém o pode acusar do contrário. Ciente de que já havia nada a fazer, acabou por adoptar uma atitude realista para que o seu concelho não ficasse de fora das contrapartidas financeiras, onde se inclui a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, um sistema de transporte multimodal (ferroviário, fluvial e rodoviário) ou a criação de um Parque Regional Natural do Vale do Tua. Aqui também «vale mais um pássaro na mão, que dois a voar».

Tomando como certo que o concelho de Mirandela vai ser afectado pela construção da Barragem de Foz Tua, o Município de Mirandela não se podia arriscar a ficar de fora do processo e inviabilizar a manutenção da Linha do Tua pelo menos entre Carvalhais e Brunheda ou abdicar de outros benefícios directos ou indirectos.

Mais uma vez relembro que falharam todos os argumentos e todas as iniciativas para travar a construção da Barragem de Foz Tua.

- O Estudo de Impacto Ambiental foi aprovado no dia 11 de Maio de 2009, embora com inúmeros condicionantes e não obstante reconhecer os gravíssimos impactos negativos no ambiente, nos ecossistemas, nas espécies, no património construído, nas populações e na economia local, condicionando a Barragem à cota de 170 metros;
- Em Agosto de 2008 a EDP prometeu uma alternativa apenas ferroviária, o que foi confirmado pela então Secretária de Estado dos Transportes Ana Paula Vitorino, mas a solução ora proposta é bem diferente;
- Em Março de 2009 é chumbado o projecto do Partido «Os Verdes» que propunha a classificação da Linha do Tua como património de interesse nacional com os votos contra do Partido Socialista, a abstenção do PSD e do CDS e os votos favoráveis de «Os Verdes», do PCP e do PEV;
- Em Novembro de 2010 o IGESPAR arquiva o processo de classificação da Linha do Tua como monumento nacional, concluindo que ela não tem qualquer interesse cultural;
- Foram também infrutíferas as tentativas reiteradas junto da UNESCO e a queixa apresentada pela QUERCUS com o argumento de que o muro da barragem está situado dentro da Paisagem Cultural do Douro Vinhateiro ou a invocação da violação de normas nacionais e comunitárias, nomeadamente a Directiva Quadro da Água;

Hoje, meus Senhores, o Vale do Tua e a Linha do Tua estão feridos de morte e não se prevê qualquer milagre. Ficarão as imagens dos postais, das fotografias, dos filmes e dos livros e revistas e uma profunda nostalgia e saudade por um património inigualável perdido pela ambição desenfreada de alguns donos de Portugal cujo bom senso irá afogar tudo à sua volta, até que um dia virá o arrependimento e a tristeza de não ser possível um novo começo, um fim diferente e uma história mais colorida. Muito obrigado

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Em primeiro lugar, e ainda sobre a revisão da administração local, é só lembrar que a Assembleia da República autorizou já a procura de uma nova Lei-quadro para criação, a extinção e fusão de autarquias locais.

É evidente que se reconhece a diferenciação entre a situação e a realidade dos grandes centros e a nossa realidade, não tenho dúvidas nenhuma. Contudo, até o senhor Presidente da Câmara se referiu aos números do ante-projecto de revisão da Associação de Municípios.

Sobre esta questão, dizer o seguinte:

Se outro motivo não houvesse, bastaria o tema do assunto para ser favorável à criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, tema este que nos remete para várias problemáticas, aproveitamento hidroeléctrico e turístico da barragem do Vale do Tua, bem como da linha férrea, tudo isto numa lógica de desenvolvimento regional, ou seja, abdicar da perspectiva local, alargando os horizontes para tudo quanto à nossa volta poderá acontecer.

Depois de tantos recuos e hesitações, mais por convicções de política partidária do que dos verdadeiros interesses locais e regionais, o senhor Presidente da Câmara, finalmente, deu-se conta do erro em que vinha persistindo mas enfim, vale mais tarde do que nunca, pena é que a sua posição negocial em vez de mais limitada e enfraquecida não pudesse concretizar-se mais forte e afirmativa, traduzindo-se assim em mais vantagens para Mirandela e consequentemente para a região.

Depois de todo este tempo, com parangonas tais como “o comboio constrói e a barragem destrói, a desgraça é Tua ou até que perdemos mais de 40.000 turistas por ano” penso que, tal como acontece com o rio Douro, o vale do Rio

Tua, poderá progressivamente evoluir num processo de desenvolvimento turístico sustentado, de forma a criar mais atractividade, e proporcionar mais qualidade de vida a todos quantos nesta região persistem em permanecer, bem como aqueles que aqui no futuro, possam aportar.

Assim, atendendo que o turismo é na actualidade uma das actividades económicas onde se verifica uma das maiores taxas de crescimento, facilmente concluímos que a luta pela disputa dos Turistas se reveste de grande agressividade.

Mirandela e a nossa Região, além da oferta de alguns produtos endógenos que poderá melhorar, pode oferecer também planos de turismo de natureza de grande qualidade, aliando assim a sua identidade cultural à sua capacidade de atracção. Por isso, a promoção do nosso património histórico e arquitectónico é determinante, promovendo desta forma, o desenvolvimento sustentado da Região.

Para tal, será determinante a definição de acções estratégicas e de um plano de desenvolvimento turístico arrojado, tendo em vista a recuperação das habitações degradadas das nossas aldeias tendo por base os elementos naturais, a madeira, o xisto, bem como o granito, fazem parte da nossa história, não são mais sinónimo de pobreza, mas sim parte integrante da nossa identidade cultural. Há não apenas o dever de os preservar, mas fundamentalmente de os promover.

Lembro até que houve já programas de desenvolvimento local, entre outros, designados de “Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas e Aldeias Vinhateiras” o que reflecte também o interesse e o quanto é primordial a preservação da nossa identidade cultural.

Mas abordando este tema não poderia deixar de falar do passado recente, não poderia assim deixar de falar do “Programa Portas da Terra Quente” o qual, como o nome indica, teve desde logo uma área de intervenção ao nível regional, para assim contribuir para a criação de diversos pontos estratégicos com interesse relevante.

No nosso Concelho, além de Vale de Salgueiro e Frechas, como diversas vezes já aqui afirmei, viveu um impulso de desenvolvimento muito forte, tendo sempre presente a preservação dos valores regionais. Contudo, é determinante e de primordial importância dar-lhe a continuidade que Frechas reclama e merece. Assim não sendo, em alguns dos trabalhos efectuados começa a ser notório a degradação que progressivamente vai tomando conta desses espaços.

Em torno da praça do Pelourinho, tal como algumas vezes já aqui o referi, é urgente a implementação da postura de trânsito, caso contrário, aquele espaço com tanta história e arte é transformado num parque de estacionamento desordenado de viaturas e máquinas agrícolas, perdendo assim toda a sua beleza e capacidade de atracção de outros tempos.

No novo arruamento, tal como o projecto inicial o previa, é urgente acabar com o espectáculo degradante após a queda daquele muro em pedra, promovendo a sua reconstrução. Isto faz parte do desenvolvimento da região.

Neste mesmo arruamento, tal como à época o IPAR o referia e para que arquitetonicamente ali exista harmonia, é urgente a construção do edifício adossado aos fornos, o qual deverá albergar o espaço de memória que o Pelourinho e todo aquele xisto envolvente comportam. Foi por isso e com base de todos estes pressupostos que naqueles espaços ocorreram no passado recente um conjunto de manifestações desportivas, culturais e económicas que poderiam e deveriam acontecer um pouco pelo nosso Concelho e Região. Senhor Presidente, não tenho dúvidas que com estes pequenos acertos urbanísticos, atrevo-me a dizer, Frechas poderia ser designada de Aldeia Museu mas também tornar-se numa referência, na perspectiva em que gostaria de ver a nossa Terra e conseqüentemente a nossa Região transformada, passando assim, de uma zona deprimida nos múltiplos aspectos, para uma região próspera e com capacidade de atracção.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Eu quero referir-me apenas ao ponto da Agenda. E o ponto da Agenda é a aprovação dos estatutos. Em relação a isso, eu queria levantar apenas aqui uma questão, que é:

A certa altura há um conselho consultivo e os membros das autarquias diz, aqui: *“um representante de cada uma das autarquias participantes no capital da sociedade”* e depois diz *“os membros nas referidas alíneas b), o e) também é o da EDP e o número anterior, são nomeados pelo período de três anos, podendo ser reeleitos”*.

Eu pergunto, e se perderem o mandato? Enquanto que nos estatutos da Ecocitras está claro que a perda de mandato exige a substituição, que fica até ser substituído, aqui não há nenhuma referência sobre isso e gostava de ser esclarecido. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Dr. Miguel Ângelo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Realmente não é fácil neste ponto que estamos a discutir mantermo-nos estritamente nas baías daquilo que se pretende que é votar o estatuto. Quanto a isso eu não tenho a mínima dúvida em votar favoravelmente. Contudo, a aprovação da constituição desta Agência e a participação do Município nesta Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua está obviamente ligada a uma decisão deste Governo de construir a barragem da Foz do Tua e, portanto, é difícil dissociar uma coisa da outra. Eu não me queria apegar aqui às questões estritamente administrativas, que o estatuto diz isto, ou diz aquilo e eu me contento com isso.

O que eu gostaria de perceber em relação àquilo que estamos aqui a votar não é apenas a constituição da agência, porque quanto a isso não temos dúvidas nenhuma que ela é necessária, mas é o que ela vai representar em termos de investimento futuro para o Município e para a Região.

Eu concordo com alguma “visão romântica”, passo a expressão, que nos é dada do Vale do Tua e da beleza da Linha do Tua. De facto, não conseguiria dizer melhor do que aqui foi dito pelo deputado Rui Magalhães e subscrevo inteiramente tudo aquilo que referiu como património histórico, património ecológico, património ambiental, contudo,

também é um facto que durante 100 anos – terei que falar dos 100 anos da República – não foi feito nenhum investimento sério na rede ferroviária deste País. E os últimos anos de 1974 para cá, todos os Governos e aí nem o PSD nem o PS se podem retirar de responsabilidades, houve um investimento estritamente na rodoviária, por razões que ultrapassam a minha capacidade de análise, mas que em muitos casos estariam associados a trocas de influência ou a jogos de poder que nada dignificaram a minha democracia.

Portanto, não é menos verdade que se a Linha do Tua vai ser alagada e infelizmente é porque de facto ao longo de muitos anos não houve qualquer investimento sério nessa linha. E durante anos e anos o Município de Mirandela e ou outros municípios interessados estiveram de costas voltadas para o rio, não fizeram qualquer pressão, não desencadearam qualquer luta. As lutas que agora foram travadas, eu também não quero voltar a trazer o assunto, mas muito se poderia dizer sobre elas, porque relativamente ao Referendo parece ter havido falta de cuidado no cumprimento dos prazos que esse Referendo exigia e em relação às providências cautelares, também não é menos verdade que o que foi dito aqui pelo Presidente da Câmara, foi que, *“não sei se esta posição irreduzível de estar contra a Barragem, não me trará posteriormente vantagens em termos negociais”*, ou seja, há aqui algum truque de prestidigitação, em que se agita com uma mão uma luta contra a destruição de um determinado património, enquanto que a outra mão se prepara para negociar.

Não tenho a mínima dúvida que neste momento o que é importante é saber quais são as contrapartidas que Mirandela e os Municípios da Foz do Tua vão receber por força desta intervenção porque a constituição da Agência poderá trazer algum reinvestimento, ao fim e ao cabo é uma contrapartida dos custos do desaparecimento desse mesmo património. Muito obrigado senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também. O senhor Presidente quer acrescentar alguma coisa sobre este assunto?

Presidente da Câmara Municipal:

Queria senhor Presidente, até para esclarecer essas questões que foram levantadas.

Em primeiro lugar, começar por dizer e pedia desculpa por não estar e pedia aos membros da Assembleia que votassem nessa perspectiva, porque falta, como repararam, os estatutos não têm definida a sede da Agência de Desenvolvimento e é obrigatório para que eles sejam registados em escritura pública ter a sede desta Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua.

Eu já pedi aos senhores Vereadores da Câmara para fazer também essa alteração à acta da Câmara Municipal que aprovou os estatutos e vou pedir à Assembleia que considere nesse primeiro ponto o que diz respeito à sede que ela será no concelho de Mirandela mais propriamente na cidade de Mirandela, decisão que só foi tomada há dois dias atrás e ainda não podia estar incluída nesses estatutos. Assim, a sede da Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, será em Mirandela e depois pedia que a acta da Assembleia já consagrasse a sede e o local da sede, porque depois é preciso para os registos dos estatutos.

Tirando esta questão formal que eu pedia que aprovassem já com ela, respondendo às perguntas é muito simples.

A questão que se colocava neste momento era depois de decidida a construção da barragem e de lançada a primeira pedra e acreditem ou não uns ou outros e tenham reticências em nome de um sonho que ainda acalentam, para mim não há mais sonho, depois de lançada a respectiva pedra a barragem está decidida e vai fazer-se com toda a certeza, nos próximos tempos.

Havia uma questão a defender, que era – já que é construída a barragem – quais são as contrapartidas que se podiam ter com essa construção.

E se a construção da barragem dividiu os cinco autarcas dos cinco concelhos que são ribeirinhos do Tua, nomeadamente Alijó, Murça, Mirandela, Carrazeda e Vila Flor, porque dividiu, quatro eram a favor da barragem – é preciso dizer isso com toda a clareza – e um não era, se dividiu essa questão da barragem, a questão das contrapartidas, há que dizê-lo com toda a frontalidade, uniu os cinco concelhos.

E uniu, na reivindicação de dois pressupostos essenciais. Ninguém pediu dinheiro para nenhuma Câmara individualmente, embora todos precisassem dele, mas pediram contrapartidas para o Vale do Tua ou para os Municípios do Vale do Tua e com isso indirectamente para a Região.

As contrapartidas que pediram, por unanimidade, foram:

Já que a construção da barragem vem inundar 19 Kms. de linha, há que repor a mobilidade entre Mirandela e o Tua porque ela existe. Portanto, se existe, esta construção da barragem não pode afectar essa mobilidade, nós sabemos que a solução da inundaçã dos 19 Kms. é impossível ser feita por caminho de ferro porque os projectos aprovados eram quase mais caros do que a barragem ou tinha que ser subterrâneo ou tinha que ser aéreo e àquela altura é extremamente complicado de fazer e extremamente oneroso e entendeu-se uma solução intermédia que ficou assente e que está protocolada. Não é nenhum sonho, como diz ali o deputado do PCP, que não acredita e bem, porque a região pode desconfiar das contrapartidas, mas é uma questão já assumida num protocolo que fica a mobilidade de comboio, entre a estação e o coroamento da barragem, 1,9 Kms. da actual linha existente que será composta e consolidada para que circule o comboio, aliás ajuda à construção da barragem, porque faz chegar os materiais perto do coroamento da barragem, aproveitando essa parte.

Depois um funicular fará a ligação dos passageiros a dois barcos que atravessarão esses 19 Kms., que são barcos de dimensão entre 55 e 65 passageiros que farão a ligação entre essa barragem e a estação da Brunheda. Porquê? Porque até à estação da Brunheda a linha ficará submersa e se fica submersa não pode continuar a funcionar.

Terão dois ou três apeadeiros, em Amieiro, S. Lourenço e Brunheda, que farão recolha dos respectivos passageiros que eram servidos pela Linha do Tua e que passam a fazer esse percurso nesses dois barcos.

A linha entre a Brunheda e Mirandela continuará a funcionar, melhor, até Carvalhais, porque ela continua a fazer o percurso do Metro e até Carvalhais ficará a funcionar mas a funcionar em segurança. Em segurança pressupõe o

investimento em consolidação da linha e em rectificação da linha significativo, porque ela não tinha segurança, como sabem a linha não funciona há dois anos e tal desde o último acidente, porque nunca houve um tostão no interior para investir na linha, porque estavam à espera da barragem. Não vale a pena haver ilusões sobre esta matéria.

E esse investimento estimado custa esta mobilidade trinta e cinco milhões de Euros. Foi feita uma candidatura aos fundos comunitários no POBT da mobilidade, feito pela CCDR, que já tem parecer positivo e que custa 35 milhões de Euros.

Fazer a mobilidade que eu acabei de explicar entre o Tua e Mirandela custa 35 milhões de Euros. Claro que o custo tem a ver com a consolidação da linha e com a manutenção da linha de maneira a ter segurança e as carruagens a circular, fornecidas pela CP, também estão aqui identificadas, não vão ser as do Metro de Mirandela mas são as carruagens que a CP utiliza nas vias estreitas em todo o País. São muito mais adequadas, mais pesadas, o que em termos de segurança é um valor acrescentado.

Perguntar-me-ão, que foi a pergunta que eu fiz na altura, mas quem é que vai pagar estes 35 milhões de Euros? Ficou assente nesse protocolo o seguinte, a CCDR apresentou o projecto no POBT aos fundos comunitários, financiado a 80%, é o que financiam os fundos comunitários, os outros 20% vão recair e já assumiu a EDP até 10 milhões de Euros, é a contrapartida nacional dessa mobilidade.

Isto é, a mobilidade fica assegurada com um financiamento comunitário já metido pela CCDR e aprovado e contrapartida nacional é da EDP, até ao valor de dez milhões de Euros.

A outra compartida que tínhamos chegado a acordo os Presidentes de Câmara, era a constituição de um fundo de desenvolvimento regional que fizesse com que os projectos indutores de desenvolvimento do Vale do Tua, tivessem efeito para minorar os efeitos da construção da barragem.

Esse fundo de desenvolvimento regional, que vai ser constituído no âmbito desta Agência de Desenvolvimento, convém dizer que me esqueci, porque conforme fica assegurada esta mobilidade, quem é o responsável pela gestão da mobilidade, é a questão que se relaciona com o Metro de Mirandela também e que resolve os dois problemas, é que esta Agência de Desenvolvimento que se vai constituir, fica responsável não só pela gestão do fundo que vou explicar a seguir, mas também responsável pela mobilidade entre o Tua e Mirandela.

Isto é, essa Associação de Desenvolvimento, até aparecer um parceiro privado, se aparecer, ficará responsável por esta mobilidade que acabei de explicar.

Esta mobilidade faz com que o Metro Ligeiro de Mirandela nessa altura será extinto como empresa, os trabalhadores absorvidos, porque são em menor número do que aquilo que precisa a empresa para a mobilidade por essa empresa e os que não quiserem serão absorvidos pela Câmara Municipal, eles também são poucos, são apenas neste momento oito trabalhadores e uma administrativa. E isto faz com que a mobilidade entre o Tua e Mirandela seja feita por esta Associação de Desenvolvimento e também o percurso do Metro entre Mirandela e Carvalhais, que deixará de ter encargos para a Câmara Municipal de Mirandela no futuro, ficando também com o transporte ferroviário, que é importante, porque é aqui que entram e saem os passageiros, vão eles em turismo ou vão eles em transporte normal. Assegura também a mobilidade daquelas aldeias subjacentes à linha, que só tinham a linha para se deslocar para Mirandela e que podem perfeitamente nesse traçado. Nenhum transporte rodoviário era capaz de fazer, porque não vai lá nenhum transporte rodoviário e o ferroviário consegue resolver essa situação.

Esta era a principal reivindicação conjunta das Câmaras Municipais que se uniram, que foi resolvida desta forma que acabei de vos explicar.

Quanto à constituição do fundo, o que nós queríamos era que os 75 anos que tem a EDP concessionada a barragem, são 75 anos que tem concessão, em que paga 3% anual ao ICNB e ao Estado por essa concessão, tirando o valor inicial, que já foi para o Governo, esses 3% representam 900 mil Euros anuais de receitas líquidas da exploração da barragem.

O que nós tentámos negociar, foi que esses 3%, esses 900 mil Euros anuais não fossem para o Governo mas para esta Agência de Desenvolvimento e não para as Autarquias Locais que podiam gastá-lo conforme entendessem mas para esta Associação de Desenvolvimento fazer projectos indutores de desenvolvimento para a Região.

Nós defendemos esta proposta, que foi aceite pelo ICNB e pelo Ministério do Ambiente que tinha os 3% desta contrapartida e então ajustou-se no seguinte:

- Dez anos de adiantamento desse fundo, que dá nove milhões de Euros, ficarão para projectos indutores de desenvolvimento à cabeça, isto é, a Agência será dotada com 9 milhões de Euros à cabeça para projectos indutores de desenvolvimento do Vale do Tua.
- Ficarão também com mais 10 anos de antecipação, mais 9 milhões, para tratar do Parque Natural do Tua, que será criado pela albufeira da barragem e que terá investimentos a fazer, são mais 9 milhões de Euros.
- Depois terá 500 mil Euros da EDP para funcionamento e montagem e 1,7 milhões da EDP, negociados para criação de auto emprego.

No total dá cerca de 20 milhões de constituição do fundo inicial para que desenvolva estes projectos que lhe estão adstritos e que eu acabei de falar. Este será o valor do fundo, depois como será gerido, já sabem, esta Associação de Desenvolvimento terá 51% das Câmaras Municipais, 49% da EDP, será gerido por esta Agência e a sua gestão será com candidaturas abertas, depois quem há-de decidir será a Assembleia Geral da Associação que vai escolher o Secretário Executivo que aí prevê, para o seu funcionamento.

Perguntar-me-ão, mas então eles são tão generosos que dão este dinheiro? Ninguém está a dar dinheiro nenhum mas a transferir a renda que era da EDP para o Governo directamente para essa Agência de Desenvolvimento. Por isso é que eu acredito que as contrapartidas sejam dadas porque não é o Governo que está a dar em época de crise mas sim transferir o que recebia da contrapartida da produção de energia para essa Agência de Desenvolvimento, antecipando assim anos e ganhando também impostos. A questão que nos custava a perceber é porque é que adianta dez anos e porque tem essa vontade. É simples, porque ao adiantar os dez anos, como é para projectos de interesse público, não pagam impostos desse dinheiro que é adiantado. É um bem, quer para a EDP, quer para a própria Agência, esta entrada de dinheiro.

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-30-

Estas são as duas contrapartidas que foram postas em cima da mesa em conjunto pelas autarquias e que levaram a que este protocolo fosse entendido desta forma para estas duas condições que nós tínhamos estabelecido para a construção da barragem.

Por último, dizer-vos que também era importante e respondendo a alguma questão aqui colocada, mesmo pelo Jorge Pereira.

Eu, apesar disto tudo, continuo a dizer-vos e quero que isto seja uma questão convicta, preferia que ficasse a Linha do Tua e não recebesse isto em contrapartida da barragem. Mas é uma posição convicta, mas pessoal, em nome do meu concelho não posso estar fixado nesta prerrogativa ou nesta convicção pessoal, podendo negociar estas contrapartidas para a região e é isto que eu tenho a dizer sobre esta matéria.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Presidente. Julgo que estamos agora em condições de votar. Quem é que vota contra? Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos Contra, 1

A Favor, 56

Não houve abstenções.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 57 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 56 votos a favor e 1 voto contra, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a adesão do Município de Mirandela à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A.;
- 2 - Aprovar a proposta de Estatutos acima transcritos;
- 3.- O Município participará na Sociedade Anónima (com o capital social que vier a ser fixado e nos órgãos sócias), prossequindo fins de reconhecido interesse público local e que se contém nas atribuições da autarquia;
- 4 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para a aprovação dos respectivos estatutos e outorga do correspondente contrato de adesão.”

PONTO 4.4 - APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 14 de Fevereiro de 2011, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão no Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2010 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos;

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.4, aprovação da 1.ª Revisão Orçamental, quais os senhores deputados que se inscrevem? Último ponto da Ordem do Dia.

Não há inscrições?

Senhor Presidente, alguma palavra sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Só para dizer, senhor Presidente, que sobre este ponto é a mesma coisa que acontece todos os anos, para que haja rubrica orçamental para os proveitos que não foram feitos até 31 de Dezembro e para abrir rubrica orçamental dos resultados transitados.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, então tem que ser submetido à aprovação aqui na Assembleia Municipal.

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão no Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2010 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos.”

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores membros da Assembleia, podemos entrar então agora no Ponto 5, são Outros Assuntos de Interesse para o Município, há algum senhor deputado que se queira inscrever?

Deputado Humberto Dinis, Pedro Fonseca e Marisa Aranda.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu prometo que sou breve, 2 minutos, simplesmente as pessoas a quem eu queria responder, ausentaram-se. Mas eu começo pela Mesa, pedia à Mesa o seguinte:

Eu já reparei que muitos deputados que não lêem o Regimento mas a Mesa tem obrigação, até para dar uma certa continuidade aos trabalhos, que os senhores deputados no Período de Antes da Ordem do Dia é para fazer intervenções de carácter político, não é para fazer perguntas.

Há aqui uma desconexão...fala-se de alhos, fala-se de bugalhos, depois vai-se às cebolas.

O senhor Fraga trocou os papéis. Antes da Ordem do Dia fez perguntas e nas perguntas ao Presidente fez intervenção Antes da Ordem do dia. Temos que ter cuidado com estas coisas que é dar uma continuidade à discussão.

Eu queria responder a dois deputados. Estão ausentes mas eu vou esperar que eles apareçam.

Quanto à saúde e às unidades locais de saúde, eu queria dizer à senhora deputada do PS que eu concordo plenamente com a sua Presidente da concelhia porque aquilo vai ser outra vez um desastre. Com aquela gente que está lá é desastre certinho é só pôr o carimbo, eles são uns incompetentes, estão lá para destruir a saúde toda do distrito. A seguir vai Bragança, não fica Bragança, porque eles são uns incompetentes.

Eu concordo plenamente com aquilo que ela disse, mas também o senhor Presidente disse que iam ficar cinco, mas eu continuo a dizer que vão ficar sete, sabe porquê? Eu vou-lhe explicar. É que vai entrar um médico, mas há um que tem um encosto tão grande dum boy que é bastante alto e ela também tem que ficar e, portanto, vão ficar sete. A que vai sair é a que está a representar Mirandela mas é um desastre completo.

É preciso perguntar à unidade local de saúde de Matosinhos o desastre que foi, este é igual.

Quanto à senhora deputada Odete, eu só lhe quero dizer uma coisa.

Eu já estou aposentado mas continuo a ser professor, sou e vou ser professor até morrer e custou-me ouvir de uma professora passar um cartão de incompetência aos meus colegas que estão no serviço, que não sabem trabalhar com o quadro interactivo. Eu estou aposentado, mas digo-lhe uma coisa senhora deputada que se a senhora aprendeu a trabalhar com ele não é difícil que os outros professores também venham a aprender...não é difícil, isto ficou-lhe mal. Por outro lado, disse que talvez fossem substituídos por outra coisa...só sendo pelo Magalhães...mas olhe, uns estão no prego, outros estão no lixo e outros são brinquedos de crianças. Por aí estamos entendidos.

Quanto aos idosos também o senhor Fraga – já não está – falou da pessoa que se encontrou morta em casa...vamos continuar a encontrar pessoas mortas e idosos abandonados.

Ainda ontem tivemos uma reunião com a Segurança Social onde estiveram presentes todas as Misericórdias de todos os Centros Sociais e Paroquiais do distrito e falou-se neste problema, viu-se os problemas que existem nos nossos idosos, abandonados, isolados, mas para fazer um trabalho há que haver dinheiro.

E a resposta é sempre a mesma...não há dinheiro! Nós não temos dinheiro mas faz-se o show off de chamar as instituições para acompanhar os idosos. Não sei como, eu devia-lhe ter perguntado onde arranjam dinheiro para promover os dezassete nos CTT e promoverem pessoal na Segurança Social. Para aí há dinheiro, aí não falta, agora para os idosos, nós vamos continuar a ouvir e a ler durante muito tempo, muita gente que vai ser encontrada morta em casa. Vai ser o fim de muitos idosos.

Aqui dou razão ao Paulo, quando ele dizia...qualquer dia começam-nos a juntar todos numa casa e é o que vai acontecer, é esta a visão que eu tenho.

Quanto ao Jorge – não está – que na divisão administrativa eu concordo plenamente e tem que ser feita mas ele no partido dele tem que tomar a coragem de dizer aos ministros do seu governo que tenham a coragem de pôr o nome aos santos, de fazerem leis para a Assembleia da República e não mandar os outros pescar o odioso.

Eles é que devem dizer como é que deve ser feito, é aos senhores deputados, é com propostas do governo como é que vai ser feito, porque dividir em Lisboa freguesias, é fácil, haviam ruas que pertenciam a cinco freguesias...é fácil, agora no interior, eu quero ver como é que vai ser isso. E muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

Vamos ouvir a senhora deputada Marisa Aranda sobre Assuntos de interesse para o Município.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Eu vou continuar a insistir na questão do Flor de Sal por uma razão.

Era para não fazer mais nenhuma intervenção mas sinceramente fiquei um bocadinho desiludida com a resposta que me foi dada pelo senhor Presidente às questões que foram colocadas.

Eu ainda sou do tempo dos trabalhos de casa e fiz os trabalhos de casa e li a acta de 31 de Janeiro de 2011.

Precisamente por ter lido essa acta é que verifiquei que alguns pontos não estavam devidamente esclarecidos e daí as questões que foram colocadas.

Posso dar dois exemplos: relativamente ao contrato de concessão, fala-se num prolongamento desse contrato por 42 meses. Eu presumo que o prolongamento fará referência a uma prorrogação do contrato. Agora, eu nessa acta vejo única e simplesmente 42 meses de prazo e não vejo a duração do contrato.

Outra questão também tem a ver com a realização das obras no Flor de Sal. Não diz nessa acta se essas obras foram ou não precedidas de concurso público, por exemplo.

As questões técnicas não serem respondidas, há outras formas de se resolverem e de submeter a respostas, as questões políticas é que sinceramente eu acho que o Sr. Presidente se quis esquecer delas e não me respondeu, porque eu acho que é bastante pertinente saber qual é a posição da Câmara relativamente a divergências de tratamentos, porque eu não li só a acta de 31 de Janeiro de 2011, li outras actas e vi que efectivamente, relativamente a outras situações, a Câmara Municipal quis e fez e teve um comportamento de cobrança coerciva de pagamentos em atraso.

Eu não percebo porque é que aqui nesta questão concreta se foge às perguntas que toda a legitimidade tenho de as colocar e se manda ler uma acta.

Gostava de ter tido outra resposta da Câmara mas como já não é a primeira vez, que já na minha primeira intervenção na última sessão, também me disseram que não tinham tempo para me responder, não sei, talvez se resolva esta situação doutra forma. Tenho dito.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez boa tarde. Eu pretendia acrescentar à minha intervenção apenas duas questões muito breves. São duas questões que têm a ver com a localidade do Cachão, com a freguesia de Frechas.

Queria perguntar directamente ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Silvano porque motivo as obras que estão a ser realizadas no Cachão, de requalificação do bairro e da construção do novo saneamento, pura e simplesmente pararam.

A empresa responsável desmantelou o estaleiro que ali tinha construído. Existem duas ruas que não estão acabadas e as pessoas assistem a esta situação de forma impávida e serena. São obras que começaram há cerca de dois anos e se arrastam há cerca de dois anos. Estas obras foram bastante reivindicadas por mim, uma vez que fiz parte da Assembleia de Freguesia de Frechas na última legislatura. De certa forma sinto-me congratulado com o início destas obras e quero aproveitar também para agradecer ao senhor Presidente da Câmara que finalmente as tenha realizado, só não se compreende é porque é que...antes de...aliás, só falta mesmo a cereja no bolo, é terminar as obras, realizar as duas ruas que faltam fazer na parte velha da aldeia, a rua ribeirinha e outra rua que ainda não está composta, era esta pergunta que eu queria fazer.

Relativamente a outra questão, que se prende com a poluição na mesma aldeia no Cachão, eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se aquela empresa já está licenciada, se as águas residuais emitidas por aquela empresa já estão a ser tratadas ou não, uma vez que a situação de poluição permanece e eu reconheço aqui como habitante daquela aldeia que a situação foi bastante melhorada, uma vez que a empresa terá sido obrigada a criar novas infraestruturas no que diz respeito à poluição atmosférica, mas o que é certo é que em dias muito frios, a poluição permanece, o que torna bastante difícil respirar, que é uma coisa básica a que todo o ser humano tem direito, que é respirar livremente e não ter cheiros daquele nível. Quem passe por ali sabe perfeitamente que isto continua.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

É só um minuto, é apenas uma rectificação.

Não sei se por distração ou se por alguma já incapacidade de concentração, o senhor professor aposentado Dinis, veio dizer, afirmar aquilo que eu não afirmei.

Ele é que na sua intervenção chamou incompetentes aos colegas. Eu não o disse. Eu disse que tinha feito uma formação e que mesmo nessa formação não tinha conseguido aprender o suficiente e que me tinha socorrido de um colega de informática para me fazer o trabalho final. É extremamente difícil devido ao tempo que hoje os professores têm para se dedicar à formação porque, como sabe, hoje está-se 26 horas na escola e não se está como antigamente. Se o senhor não sabe devia saber, talvez porque não está dentro da carreira. Portanto, é só para rectificar porque quem chamou incompetente foi o senhor professor. Depois disse mais qualquer coisa relativamente aos colegas ou já não sei o quê...ah, comparar os quadros interactivos, substituir pelos Magalhães. Isso fica-lhe mal já que retrocedeu não sei quanto tempo. Faça uma pesquisa das novas tecnologias ou fale com quem sabe de informática.

Olhe, eu fui obrigada a aprender mais do que aquilo que deveria com a minha idade. Já fiz 36 anos de serviço, não tenho idade, não me vou aposentar, não sei com quanto dinheiro e o senhor ainda se aposentou em bom tempo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores deputados, vamos caminhar dentro daquilo que o Regimento prevê.

Paulo Pontes. Estamos nos Assuntos de Interesse para os Municípios, senhores deputados.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Em relação aos quadros interactivos, é para dizer que andei na mesma formação (presumo) que a professora Odete andou, (pronto, ficamos por aqui) se é que se estava a referir a essa acção de formação, por isso é que estou a dizer presumo que andei na mesma acção de formação ou pelo menos estive na mesma acção de formação com a professora Odete.

Eu sempre me regi pela minha cabeça seja em que assunto for e também não quero deixar para a bancada do Partido Socialista e faço questão de dizer, é uma opinião exclusivamente pessoal, sei que vai ser polémica, mas também gostaria de ajudar na reorganização administrativa deste País, é que há vários países e aqui a nossa parte é capaz de ser a mais complicada.

Mas eu tenho um princípio para a reorganização administrativa do País, - quero sublinhar que é uma opinião exclusivamente pessoal – para mim não faz sentido nenhum que existam Juntas de Freguesia nas sedes de concelho. Só que não vai ser assim que vai acontecer. Porquê? Porque essas juntas de freguesia têm força e têm pessoas, não quer dizer que os presidentes de junta que lá estão sejam mais capacitados do que os outros presidentes de junta, têm pessoas, têm população e têm força porque têm a Anafre e porque as cúpulas partidárias não se metem com eles.

Então vai acontecer aquilo que todos nós sabemos e ainda bem que o professor Dinis já começa a comungar das minhas opiniões e talvez aqui não lhe convenha comungar desta minha opinião.

Assim são logo extintas não sei quantas juntas de freguesias. Mas não, vão extinguir se calhar a Junta de Freguesia do Franco, que é a entrada do Distrito, que é a entrada do concelho, onde as pessoas não têm capacidade para vir à sede do concelho resolver os seus assuntos, o único meio que têm é a Junta de Freguesia para que lhe seja

(Acta n.º 01/2011, de 25 de Fevereiro de 2011)

-33-

passado um atestado de residência, um atestado de pobreza ou qualquer outro tipo de documento. Quando digo a Freguesia do Franco, digo as outras vinte e tais ou trinta.

Então que sigam já esse princípio. É evidente que em Lisboa é fácil reorganizar, tal como disse o professor Dinis, que havia uma rua que pertencia a cinco juntas de freguesia, todos nós vimos isso na televisão, é muito fácil reorganizar, agora aqui no interior quero ver e já sabemos qual vai ser o princípio: os maiores comem os mais pequenos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Para dizer rapidamente à deputada Marisa Aranda que eu continuo a dizer que eu trato destes assuntos em termos técnicos e não políticos e é forma e prova evidente de que é assim, é que acabou de dizer agora que a acta não tem se houve concurso público ou não e a acta até tem uma informação técnica onde diz que não houve concurso público. Portanto, está mais que respondida essa questão.

E se tem dúvidas sobre isto em que use outra forma, não anuncie, aja, que nós gostamos disso.

Em relação às obras no Cachão, dizer que o saneamento que falta, o estaleiro que estava lá não é necessário para as obras em falta. A empresa fá-lo-á sem a colocação daquele estaleiro que já está atrasada significativamente. Faltou-lhe acrescentar que isto custou à Câmara e aos Municípios quase um milhão de Euros, que também é importante falar na dificuldade da obra no tempo, pelo custo que tem e dizer-lhe que a empresa Suduol ainda não está licenciada e a Inspeção do Ambiente tem conhecimento dos factos que se lá passam.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

2.º Período de voz aos munícipes.

Está algum senhor Munícipe que se queira inscrever e usar da palavra? Não me parece que esteja.

Então damos por terminado, bom dia a todos, muito obrigado e até à próxima reunião.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 14 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 25 de Fevereiro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO